

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

GABRIEL SGRIGNOLI MELLO

**FORMAS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS NO MATO GROSSO DO SUL**

Campo Grande - MS

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

GABRIEL SGRIGNOLI MELLO

**FORMAS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS NO MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPPGAd/UFMS), como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Élcio Gustavo Benini

Campo Grande - MS

2018

**FORMAS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS NO MATO GROSSO DO SUL**

GABRIEL SGRIGNOLI MELLO

A Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração do Mestrado em Administração Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAd/UFMS) e aprovado em 25 de junho 2018.

Prof. Dr. Rosamaria Cox Moura Leite Padgett
Coordenadora do PPGAd/UFMS

Apresentado à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini
(UFMS/ESAN/PPGAd – Campo Grande/MS)
Orientador

Prof. Dr. Patricia Campeão
(UFMS/ESAN/PPGAd – Campo Grande/MS)
Membro Interno

Prof. Dr. Geraldino Carneiro de Araújo
(UFMS/ESAN/Profiap – Campo Grande/MS)
Membro Externo

Prof. Dr. Leandro Sauer
(UFMS/ESAN/PPGAd – Campo Grande/MS)
Membro Interno

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Élcio Gustavo Benini, pela sua genialidade intelectual e pela sua amizade durante minha passagem pelo mestrado, bem como aos momentos de ensinamentos e discussões, que se estenderam além do ambiente acadêmico e tanto me enriqueceu como pessoa.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Administração – PPGAD, em especial aos professores Leandro Suer, Leonardo Francisco Figueiredo Neto, Patrícia Campeão e Milton Augusto Pasquotto Mariani, pela atenção e comprometimento com as disciplinas nas quais tive o privilégio de cursar.

Aos professores Geraldino Carneiro de Araújo, Patrícia Campeão, Leandro Sauer e Élcio Benini, meus agradecimentos pelas contribuições e sugestões para este trabalho no Exame de Qualificação e Defesa. Admiro profundamente os esforços e sentimentos que depositam em suas pesquisas e vidas acadêmicas.

Agradeço pelo auxílio financeiro que obtive a partir da Bolsa de Pesquisa CAPES, oportunizando minha estadia em Campo Grande – MS durante o tempo de mestrado.

Entre os companheiros que o mestrado me proporcionou, agradeço a amizade de Leandro Sauer, Yuri Durães, Eziel de Oliveira, Gustavo Petean e todos integrantes do grupo de pesquisa GEPOTE. Meu agradecimento também a amizade dos companheiros de sala, que me proporcionaram grandes discussões e aprendizado.

Como é esperado, não menos importante, agradeço à toda a minha família direta ou indiretamente contribuiu com a minha formação acadêmica e pessoal. Especialmente pelo amor que minha mãe tem por mim e meu irmão, bem como sua luta por proporcionar uma vida maravilhosa e educação de qualidade para nós. Agradeço ao “mininho” pelo companheirismo e por me proporcionar um grande crescimento de responsabilidade. Gostaria de deixar claro que faço tudo por vocês, eu amo vocês.

Minha eterna gratidão ao meu pai (In Memoriam), no qual me proporcionou ensinamentos que refletem ao meu caráter. Agradeço todos os dias por você ter feito parte da minha vida, gostaria que vivenciasse mais esta conquista, eu amo você.

Um agradecimento especial à minha companheira de vida, Letícia, agradeço pela sua paciência nos momentos em que você sempre é “bom senso e eu sou impulso mal pensado”. Agradeço pelos momentos de planejamento de nossas vidas e não consigo visualizar um futuro em que eu não esteja do seu lado, eu amo você.

Gostaria de agradecer também aos meus grandes amigos, por diretamente contribuir na minha caminhada acadêmica e na minha vida pessoal, Bruno Diego Alcantara Cardozo e Geraldino Carneiro de Araújo, muito obrigado por tudo.

Agradeço novamente pelo companheirismo da galera da república Tamo Junto: “Brunera”, “Mininho”, “Zi” e “Jabulani”, tamo junto. Estendo o agradecimento aos amigos de Paranaíba, que me proporcionaram vários momentos de aprendizado.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as diferentes formas de cooperação entre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no estado do Mato Grosso do Sul, e para tanto, especificamente buscou: (i) descrever os espaços públicos de atuação dos empreendimentos solidários, assim como os atores e entidades de fomento; (ii) identificar as atividades de cooperação econômica, política e social; (iii) bem como caracterizar a estrutura de coordenação dos empreendimentos na perspectiva de formação de uma rede solidária. A pesquisa é caracterizada a partir da epistemologia do materialismo histórico e apresenta como método a dialética. Quanto as técnicas metodológicas, o estudo é fundamentado com a técnica qualitativa, para a coleta de dados foi utilizada entrevistas semi-estruturadas, observação não participante e análise documental, enquanto para a análise dos dados foi utilizado a análise crítica do conteúdo. O campo empírico foi a Central de Comercialização de Economia Solidária (CCES) e o Fórum Estadual de Economia Solidária do Mato Grosso do Sul. A partir dos resultados obtidos é possível destacar que os atores que compõe o campo empírico são os trabalhadores participantes dos 35 empreendimentos localizados em diferentes regiões do estado, a própria CCES e o Fórum Estadual e as entidades de fomento são manifestadas pelo Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES), o Movimento Nacional de Economia Solidária e o Governo do Estado a partir da Fundação do Trabalho (FUNTRAB/MS). Em relação a comercialização foi possível identificar que há cooperação entre alguns EES na forma de compra coletiva, porém existe um fomento em viabilizar a comercialização entre os EES de modo a fomentar a rede solidária, ainda assim, foi possível identificar formas de cooperação política e social a partir de ações em conjunto com o Movimento Nacional de Economia Solidária. Foi possível caracterizar a criação de uma rede solidária, em que a CCES demonstra a representação de um modelo muito forte de governança colaborativa que exala economia solidária, abarcando desde os seus aspectos de concepção até o relacionamento com os EES.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Redes Solidárias. Central de Comercialização.

ABSTRACT

The objective of this analysis was to analyze how the forms of cooperation between Solidarity Economy Enterprises (SEE) in the state of Mato Grosso do Sul, and for such, it particularly sought to: (i) describe the actors and development entities; (ii) identify as economic, political and social consolidation activities; and (iii) characterize a structure of enterprises from the perspective of forming a solidarity network. This research is characterized by the epistemology of historical materialism and the method is the dialectic. As for the methodological techniques, the method is based on a qualitative technique, for the data collection, it was conducted semi-structured interviews, non-participant observation and documentary analysis, while for the data analysis a critical content analysis was performed. The empirical field was the Commercialization Centre for Solidarity Economy and the State Forum of Solidarity Economy of Mato Grosso do Sul. From the results it's possible to highlight the actors that make up the empirical field participants are employees of 35 enterprises located in different regions of the state, the CCES and the State Forum and the development agencies are expressed by the State Solidarity Economy Forum (SSEF), the National Movement for Solidarity Economy and the State Government from the Foundation of Labor. Regarding commercialization, it was possible to identify that there is cooperation between some SEE during the collective purchase, but there is a promotion in the commercialization between the SEE in order to foster the solidarity network, it was possible to identify means of political and social cooperation from actions jointly with the National Movement of Solidarity Economy. It was possible to characterize the creation of a solidarity network, in which the Commercialization Center for Solidarity Economy shows the representation of a very strong model of collaborative governance that includes the solidarity economy, spanning from its conception aspects to the relationship with the SEE.

Keywords: Solidary Economy. Solidary Networks. Commercialization Centre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gestão de Redes

33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Espaços públicos de atuação dos EES, atores e entidades de fomento	44
Quadro 2:	Atividades de cooperação econômica, política e social	49
Quadro 3:	Estrutura de coordenação à formação de uma rede solidária	51

LISTA DE SIGLAS

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

EES – Empreendimento Econômico Solidário

PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

SIES – Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária

SENES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

CCES – Central de Comercialização da Economia Solidária

FEES/MS – Fórum Estadual de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Contextualização e problema.....	9
1.2 Objetivo geral e objetivos específicos	13
1.3 Estrutura da pesquisa	13
2. AMOSTRAGEM TEÓRICA	15
2.1 Trabalho e sua alienação ao capital	15
2.2 Contexto Econômico Solidário.....	21
2.3 Redes solidárias e colaborativas	30
3. MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	36
3.1 Dimensão epistemológica e método	36
3.2 Técnicas metodológicas.....	39
4. RESULTADO E ANÁLISE.....	41
4.1 Espaços públicos de atuação dos EES, atores e entidades de fomento.	41
4.2 Atividades de cooperação econômica, política e social.	44
4.3 Estrutura de coordenação à formação de uma rede solidária.	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e problema

A economia solidária pode ser compreendida pelo conjunto de organizações que tem como características básicas a cooperação de trabalhadores em associações - inseridas na produção, circulação e distribuição – e a perspectiva de autogestão organizacional. Coloca-se, portanto, enquanto uma forma de organização do trabalho que vislumbra graus de autonomia nos processos decisórios e produtivos; como uma alternativa de geração de trabalho e renda, baseada na solidariedade horizontal e, de uma maneira mais ampla, como uma alternativa potencial de emancipação social ao modo de produção hegemônico caracterizado pelas relações alienantes de trabalho.

É importante ressaltar que o fomento contemporâneo da economia solidária, seja este governamental e/ou de setores da sociedade, surge tanto com o objetivo imediato de solucionar problemas relativos à situação atual de exclusão social, marcada pelo desemprego, entendido como estrutural (MÉSZÁROS, 2002, ANTUNES, 2006), e assim, como uma alternativa de geração de trabalho e renda, quanto como uma possível alternativa de transformação estrutural nas relações de trabalho. Pode-se afirmar, em que pese a dicotomia funcionalidade ao sistema hegemônico /transformação social, que os empreendimentos econômicos solidários são espaços em que a economia solidária se realiza de forma a agrupar pessoas, de maneira voluntária e associada, a buscar uma fonte de trabalho, geração de renda e com potencialidade de emancipação social.

Vale salientar que existem diversas perspectivas teóricas, convergentes e divergentes em graus variados, que têm interpretado e orientado as discussões sobre economia solidária, conforme apontam Wirth, Fraga e Novaes (2011). De acordo com esses autores, é possível distinguir a perspectiva de Singer (2002), para o qual a economia solidária emerge como uma contraposição ao modo econômico capitalista, ou seja, uma alternativa para a substituição do modo de produção hegemônico, uma vez que esse sistema resulta em degradação e alienação do trabalhador, além da exclusão social enfrentada pelos trabalhadores. Outra interpretação teórica pode ser observada pelo estudo de França-Filho e Laville (2004) com uma abordagem de que a economia solidária possui a característica de ser uma alternativa no capitalismo. Para estes autores, as iniciativas solidárias podem conviver junto ao sistema do capital, explorando espaços comunitários alternativos e outros tipos de racionalidades organizacionais.

A economia popular é discutida como outra perspectiva teórica a respeito da economia solidária, não se diferenciando, mas incluindo iniciativas de economia e comércio popular para assim compreender as possibilidades e amplitude da economia solidária (WIRTH; FRAGA; NOVAES, 2011). A última perspectiva de estudo sobre esse tema é a proposta de autogestão, de uma forma a superar o capital por meio do socialismo autogestionário, em que o trabalho geral, ou então a produção do socialmente necessário, passa a conduzir as relações de trabalho a partir de trabalhadores livremente associados, em vista à superação da centralidade do capital (WIRTH; FRAGA; NOVAES, 2011).

Em paralelo às discussões da economia solidária, estudiosos apontam a necessidade da formação de redes, fator importante para interromper o isolamento e a marginalização sofrida pelos empreendimentos solidários em suas dinâmicas setoriais.

As redes solidárias são caracterizadas como experiências de intercooperação entre empreendimentos solidários e organizações de apoio e fomento, uma vez que impulsionam e fundamentam ideais da economia do trabalho, amenizando as vulnerabilidades existentes na natureza organizacional e contextual desses empreendimentos.

Ainda assim, na economia solidária, a precariedade de incentivos no intercâmbio econômico, desfavorece a busca por alianças entre os segmentos sociais, bem como para os mais variados objetivos, entre eles: produção, tecnologia, comercialização, logística entre outros (GAIGER, 2003).

Em suma, a maioria dos problemas se dão, em razão da origem dos empreendimentos: muitos são constituídos a partir de iniciativas populares subcapitalizadas ou empresas em processo de recuperação. Estas, são advindas de situações precárias de acesso a mercados, em função do baixo padrão tecnológico e o limitado acesso à investimentos em novos processos produtivos, como novos equipamentos, insumo e força de trabalho qualificada (SILVA; CANEIRO, 2016).

No entanto, as discussões não acontecem apenas na produção de bens, mas também no consumo deles. Muitos agrupamentos solidários, como o caso, do surgimento de Centrais de Comercialização, são alternativos para o envolvimento de um conjunto de empreendimentos. De maneira geral, são constituídas em formas de lojas ou estabelecimentos fixos de comercialização, muitas vezes em parceria com o poder público local. As Centrais, tem como objetivo eliminar as barreiras da comercialização individual, e superá-las de forma coletiva, como a minimização dos custos de instalação e divulgação, insumos com preços mais atrativos, por meio da compra coletiva, compartilhamento logístico e de estrutura de

armazenamento, aumento do fluxo de informação entre produtor e consumidores, dentre outros fatores (RÊGO, 2014).

No Brasil, são inúmeras entidades que oferecem apoio e assessoria aos empreendimentos solidários, tanto do meio rural ou quanto urbano, além disso, são responsáveis pelo crescimento dessas experiências nos últimos anos. Sendo organizadas, em igrejas, ONG's, universidades, movimentos sociais, centrais sindicais, fóruns nacionais e estaduais. Dessa forma, algumas das entidades atuam em momentos específicos, ou nos setores econômicos, políticos ou sociais, e outras seguem influenciando em outros pontos importantes para realidade da economia solidária no país (SILVA; CANEIRO, 2016).

Outro ponto de tensão é relacionado ao panorama histórico, em que a mobilização popular em prol a formação de grupos produtivos e associativos, de caráter supra familiar, recebeu uma nova denominação política, denominada “economia solidária”. Na realidade brasileira, segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o cadastro de empreendimentos desse gênero no segundo semestre de 2005, conforme Sousa (2008), apresentou 14.954 cadastrados. Em 2007, segundo a SENAES, esse número já tinha crescido para 21.859, representando um aumento de 46% entre o segundo semestre de 2005 e o final de 2007.

O mundo do trabalho no Brasil, se faz presente não apenas nas relações assalariadas no mercado. Em 2009 até início de 2013, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), realizaram um terceiro Mapeamento de Economia Solidária que resultou em uma nova base de dados para compor o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Ao todo, o mapeamento identificou 19.708 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios. Desse total, 11.869 (60,2%) são novos empreendimentos, isto é, não existiam registrados no mapeamento anterior, e 77.839 (39,8%) foram revisitados (SILVA; CANEIRO, 2016).

Um Empreendimento Econômico Solidário (EES) é um conceito criado pelos estudiosos para representar uma organização que reúne características “ideais” sobre os temas que permeiam a economia solidária, tais como os estudos sobre cooperação e autogestão, além de princípios norteadores que devam ser praticados e internalizados pelas experiências associativas, tais como “autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social” (GAIGER, 2004, p. 11).

Ainda assim, vale ressaltar os períodos crônicos que levam ao cenário de desigualdade social e os diversos efeitos do capitalismo sobre a taxa de emprego e remuneração. Segundo dados da Oxfan (2017), 1% da população mais rica do mundo possui a mesma riqueza que os outros 99%, onde, somente oito bilionários detêm o mesmo que a metade mais pobre da população. Com isso, a pobreza, que já alcança índices extremos, é a realidade de mais de 700 milhões de pessoas, que sobrevivem com menos de US\$ 1,90 por dia (GEORGES, 2017). Em outras palavras, a taxa de remuneração do capital tem ultrapassado a taxa de crescimento da produção e renda, desencadeando em uma série de desigualdades.

Na realidade brasileira a situação é mais agravante, apenas seis pessoas detêm a riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. Além disso, os 5% mais ricos possuem a mesma quantia de renda que os demais, isto é, dos 95%. Dessa forma, um trabalhador que ganha um salário mínimo por mês, levará 19 anos para receber o equivalente ao faturamento de um muito rico em um único mês (GEORGES, 2017).

Além disso, o Brasil está entre um dos piores países do mundo em questão de desigualdade de renda e contém mais de 16 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Não obstante, as projeções apontam até 3,6 milhões a mais de pobres até o final de 2017, dessa forma, fica claro que as conquistas brasileiras para diminuição da taxa de desigualdade não estão consolidadas (GEORGES, 2017).

Diante dessa contextualização, emergem alguns questionamentos recorrentes: Existem iniciativas de fomento à economia solidária no Brasil? Qual a qualidade da autogestão dos empreendimentos? Existe uma cooperação entre os empreendimentos econômicos solidários? Se faz presente iniciativas para a emancipação do associado do empreendimento?

Com o objetivo de conhecer melhor o movimento da economia solidária, inclusive para a sua inserção nas diversas agendas de políticas públicas, foi construído uma base de dados, organizada pelo Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES), que é uma base de dados governamental que foi desenvolvida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Vale ressaltar que tal secretaria transformou-se em uma subsecretaria no ano de 2016.

Com efeito, algumas pesquisas em nível nacional já abordaram o objeto de estudo economia solidária tendo como fonte de dados o SIES. Gaiger (2007) tem trabalhado os dados do SIES com o objetivo de encontrar indicadores de solidariedade, além de estudos objetivando o mapeamento e discussões acerca da economia solidária. Durães (2016), por sua vez, utilizando a mesma base de dados buscou em sua pesquisa compreender a qualidade da autogestão nos empreendimentos solidários mapeados. E também Ogando (2013), em seu

trabalho enfatiza quais organizações e quais movimentos fazem parte dos empreendimentos econômicos solidários, fomentando pesquisas com os dados do SIES.

A partir das considerações feitas acerca dos temas de economia solidária e redes em sua perspectiva mais geral, e o panorama social internacional e brasileiro, nos remete a seguinte problemática: como as diferentes formas de cooperação entre os empreendimentos econômicos solidários fomentam/estruturam redes solidárias? Até que ponto tais empreendimentos proporcionam graus de emancipação e realmente uma forma alternativa de superação do capital?

1.2 Objetivo geral e objetivos específicos

A partir da problemática suscitada, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as diferentes formas de cooperação entre os empreendimentos econômicos solidários no estado do Mato Grosso do Sul, cujos objetivos específicos permeiam:

- a) Descrever os espaços públicos de atuação dos empreendimentos solidários, assim como os atores e entidades de fomento.
- b) Identificar as atividades de cooperação econômica, política e social.
- c) Caracterizar a estrutura de coordenação dos empreendimentos na perspectiva de formação de uma rede solidária.

1.3 Estrutura da pesquisa

A presente pesquisa está estruturada da seguinte forma: logo após esta introdução (1), a seção intitulada Amostragem Teórica (2), apresentada uma discussão sobre a categoria trabalho, como atividade fundante do ser, além das críticas sobre a divisão do mesmo no sistema sociometabólico do capital; evidencia, assim, a preocupação com o entendimento da situação precária que a categoria trabalho vêm sendo desenvolvida. Outro tópico é o Contexto Econômico Solidário, com discussões como mote para a superação do capital e a autogestão das unidades produtivas e sua universalização, bem como a formação de redes solidárias e colaborativas na perspectiva de não compactuação e/ou convivência com o modo de produção hegemônico. Na sequência, em Método e Procedimentos de Pesquisa (3), a pesquisa é caracterizada pela epistemologia do materialismo histórico e pelo método dialético. As técnicas metodológicas utilizadas permeiam tanto procedimentos qualitativos e quantitativos, visto que, não há uma separação dessas técnicas e sim uma complementaridade,

além da utilização de procedimentos como aproximação do campo empírico, análise documental e a observação não participante para a coleta dos dados. Para a análise dos dados é utilizado a análise crítica de conteúdo. Outro ponto discutido na pesquisa é o tópico de Resultados e Análise (4), com os tópicos específicos que apresentam os espaços públicos de atuação dos EES, atores e entidades de fomento, as atividades de cooperação econômica, política e social e uma análise sobre a estrutura de coordenação à formação de uma rede solidária. E por fim, a pesquisa traz as Considerações Finais (5).

2. AMOSTRAGEM TEÓRICA

A seguir são apresentadas algumas discussões teóricas nas quais remetem a justificativa do objetivo da pesquisa, bem como uma reflexão teórica para a criação das categorias que permearão as análises do objeto do campo empírico. São apresentadas as discussões sobre: a totalidade das mediações de primeira e segunda ordem no tópico Trabalho e sua alienação ao capital; a economia solidária e suas diferentes perspectivas, tópico Economia solidária; e por fim, Redes solidárias como uma forma de superação dos arranjos do capital.

2.1 Trabalho e sua alienação ao capital

A princípio é necessário fazer algumas reflexões que nos remeta a compreender e a estabelecer algumas categorias que apresentam as mediações sobre as relações sociais produtivas, para que possamos seguir o pressuposto dialético crítico, uma vez discutindo as relações de totalidade, para assim chegarmos ao empírico-concreto, ou ainda, à totalidade concreto estruturada em pensamento. Além das reflexões sobre a centralidade e divisão do trabalho, temos as mediações de primeira e segunda ordem, nas quais centram o entendimento da relação entre o homem e a natureza e sua relação alienante com o capital (BENINI, 2012).

Em relação às mediações, Mészáros (2007) nos remete à discussão do homem enquanto ser modificador da natureza como uma característica da própria essência da espécie humana. Essa premissa é entendida como mediação ontológica do ser social, ou ainda, como uma mediação de primeira ordem. Portanto essa mediação pauta suas reflexões na relação do homem e a natureza, ao passo que as mediações de segunda ordem são engendradas a partir das relações alienantes do capital.

De acordo com Marx (2006), o trabalho é inerente ao ser humano no contexto em que o homem se desenvolve a partir da aplicação da sua força de trabalho à natureza, com o intuito de transformá-la em algo que tenha utilidade para o ser, e do mesmo modo que a natureza é modificada, a própria essência do ser também se faz, em outras palavras, o homem se diferencia de outros animais por atribuir a sua força de trabalho para transformar os recursos naturais à seu favor, à medida que a necessidade impulsiona o trabalho humano em benefício dos próprios seres.

Ainda assim, Mészáros (2007) resume as mediações de primeira ordem:

- 1) a regulação necessária, mais ou menos espontânea, da atividade reprodutiva biológica e a dimensão da população sustentável, em conjunção

com os recursos disponíveis; 2) a regulação do *processo de trabalho* através do qual o intercâmbio necessário da comunidade dada com a natureza pode produzir os bens demandados para a satisfação humana, bem como os instrumentos de trabalho, empreendimentos produtivos e conhecimento por meio dos quais o próprio processo reprodutivo pode ser mantido e aprimorado; 3) o estabelecimento de *relações de trocas adequadas* sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser conjugadas com o propósito de otimizar os recursos naturais e produtivos – inclusive os culturalmente produtivos – disponíveis; 4) a organização, a *coordenação* e o controle da *multiplicidade de atividades* através das quais as necessidades materiais e culturais do processo de reprodução sociometabólica bem-sucedido das comunidades humanas progressivamente mais complexas podem se assegurar e salvaguardar; 5) a *alocação racional* dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra a *tiranía da escassez* através da *utilização* econômica (no sentido de *economizar*) dos modos e meios dados de reprodução da sociedade; 6) a *promulgação* e a administração de *regras e regulamentações* da sociedade dada *como um todo*, em conjunção com as outras determinações em função mediadoras primárias (MÉSZÁROS, 2007, p. 40).

Em sequência temos as mediações de segunda ordem, que se desenvolveram de uma maneira que acabou afetando negativamente as mediações de primeira ordem, “para adequar-se às necessidades expansionistas de um sistema fetichista e alienante de controle sociometabólico, que subordina absolutamente tudo ao imperativo da acumulação do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 213), em que essa mediação secundária é metabolizada a partir do sistema de reprodução do capital (ANTUNES, 2006), ao qual o capital se apropria da força de trabalho, seja por meio da divisão do trabalho, ou da alienação e dos elementos de fetiche de mercadoria, aos quais a sociedade passou a dar importância para o valor de troca das mercadorias, assim reproduzindo uma circunstância de sustento ao capital.

Assim, faz-se necessário o entendimento da teoria da alienação proposta por Marx, para que possamos refletir sobre as mediações de segunda ordem propostas por Mézáros. Marx apresenta quatro aspectos principais: “a) o homem está alienado da *natureza*”, “b) está alienado de *si mesmo* (de sua própria *atividade*)”, o terceiro aspecto da alienação é “c) de seu *ser genérico* (de seu ser como membro da espécie humana)” e “d) o homem está alienado do *homem* (dos outros homens)” (MÉSZÁROS, 2006, p. 20).

O primeiro aspecto da alienação do trabalho sobre os trabalhadores é relacionado ao produto que é fruto do seu trabalho, ao passo que pode considerar a propriedade privada como mote ao fomento dessa alienação, bem como o segundo aspecto alienante é refletido a partir de sua tarefa dentro do processo produtivo se tornando uma atividade qualquer – divisão do trabalho –, pois há o desconhecimento do todo por parte do trabalhador não lhe oferecendo nenhum reforço positivo, mas o faz buscando uma maneira de vender sua força de trabalho,

em outras palavras, remete Marx que o primeiro aspecto se refere ao “estranhamento da coisa” e o segundo “auto-estranhamento” (MÉSZÁROS, 2006, p. 20).

O terceiro aspecto e o quarto aspecto da alienação são atrelados a alienação do homem ao produto de seu trabalho e também da alienação do seu próprio ser dentro de um processo de trabalho, apresentados anteriormente, assim a alienação do homem ao seu ser genérico

[...] está relacionado com a concepção segundo a qual o objeto do trabalho é a objetivação da vida da espécie humana, pois o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual (mente), mas operativa, efetiva (mente), contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele (MÉSZÁROS, 2006, p. 20).

A quarta dimensão deriva do terceiro ao ponto, ao focar sua análise na relação do homem com os outros homens, do ponto de vista que essa dimensão se desenvolve a partir do estranhamento do homem – do produto do seu trabalho bem como o auto-estranhamento – pelo homem e suas características alienantes, enquanto ser social (MARX, 2004; BENINI; BENINI, 2010). Nas palavras de Marx:

Uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo (próprio) homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com seu trabalho, produto do seu trabalho e consigo mesmo, vale em relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (MARX, 2004, p. 85-86).

As mediações de segunda ordem são discutidas por Mézáros (2006) – e apresentadas também por Antunes (2006) e Benini (2012) –, nas quais há um destaque para três delas: a propriedade privada, o intercâmbio e a divisão do trabalho. A propriedade privada é um fator histórico e inerente do sistema do capital e de suma importância para sua reprodução, portanto está ligada a uma representação da institucionalização, e também da apropriação particular dos meios produtivos, na qual é um fator condicionante das relações sociais produtivas (MARX, 2006; MÉSZÁROS, 2006; 2011).

Nesse contexto, o trabalhador tem seu papel minimizado, ou então a força de trabalho se torna de fácil acesso uma vez que há uma separação entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador, resultando assim em uma mediação intercambiária das mediações de primeira ordem – do sentido inerente de força de trabalho humano somado as relações alienantes do capital – constituindo as relações sociais produtivas do modo de produção do capital. Em outras palavras, Benini (2012) deixa claro que não há muitas possibilidades de transformar a natureza, por meio da força de trabalho, no contexto em que os meios de

produção tornaram-se propriedades privadas, sem que haja relações contratuais, relações de proprietários estabelecidas.

Outro esclarecimento que foi discutido por Benini (2012), é relacionando aos seres que não tem nenhuma propriedade, especificamente uma indagação, o que fazem aqueles que não possui propriedade? E remetendo a ideia de propriedade privada apresentada por Locke (1994) é que todas os homens detêm uma propriedade, que pertence exclusivamente a ele, ou seja, as pessoas são proprietárias de sua própria força de trabalho, e apenas o trabalhador deve se apropriar de seu fruto de trabalho.

Portanto, a propriedade do próprio trabalho pode ser considerada o fundamento da própria propriedade privada, assim como a “liberdade” de fazer o que quiser com ela. Sobre esse assunto, é seminal a explicação que Marx atribui à constituição da propriedade privada e da liberdade do trabalhador, processo conceituado de acumulação primitiva, assim:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política um papel análogo ao pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, por isso, o pecado contaminou a humanidade inteira. Pretende-se explicar a origem da acumulação por meio de uma história ocorrida em passado distante. Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trabalhões que gastavam muito mais que do que tinham. A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. [...] É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência (MARX, 2006, p. 829).

Nesse contexto de que todos os homens possuem pelo menos sua força de trabalho, pode nos levar a refletir que se somar essa ideia a do capital, fica cada vez mais claro que os trabalhadores ao vender sua propriedade, não os pensam como detentores da mesma, por meio da alienação do seu trabalho, o trabalhador não se reconhece como dono do seu próprio ser, remetendo novamente a ideia da mediação da propriedade privada proporcionada pelo modo de produção hegemônico.

Outra mediação de segunda ordem citada anteriormente é a divisão do trabalho, nas quais se destacam as discussões apresentadas por Marglin (1974) e Gorz (1974) Braverman (1987) e Smith (1988).

Iniciando uma breve discussão sobre a divisão do trabalho, Braverman (1987, p. 72) parte do pressuposto de que a divisão do trabalho vista no sistema do capital se derivou também da divisão por ofícios como características de todas as sociedades, sua visão se baseia

na leitura marxista, na qual a divisão por ofícios – ou divisão social – é inerente às sociedades e se deriva no trabalho social e é “executado na sociedade e através dela”, no qual a divisão por ofícios era representada na sociedade pelas atividades de pescador, tecelão, construtor e outras, porém todo homem é capaz de realizar todas essas atividades, mas há uma “divisão social de acordo com o ofício”.

Braverman (1987, p. 72) considera em sua discussão a diferença da divisão social para a divisão do trabalho pormenor, em que a divisão do trabalho pormenor, ou então parcelado, das atividades em um determinado processo produtivo é quando há “numerosas operações executadas por diferentes trabalhadores”, ou seja, a fragmentação do processo produtivo. Ainda assim, a divisão parcelada do trabalho destrói as ocupações, no sentido de fragmentar os ofícios, tornando o trabalhador incapaz de vislumbrar o processo completo fruto de sua produção parcelada.

Outro ponto de destaque é que o produto do trabalho advindo da divisão social pode ser trocado como mercadorias, enquanto o produto fruto da operação do trabalhador parcelado não são trocados dentro do processo produtivo tal como se faz no mercado, pois o seu produto resultante é “possuído pelo mesmo capital” (BRAVERMAN, 1987, p. 72).

Para Smith (1988, p. 17), a divisão do trabalho parece ter sido motivo para o “maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso”, nos quais o trabalho é “executado e dirigido”, se desenvolvendo a partir de um desenvolvimento histórico com a influência natural em intercambiar. Continua Smith (1988) que a divisão do trabalho gera um aumento da força produtiva, de maneira que quanto maior a divisão, maior sua força produtiva.

Nessa lógica, com um grande excedente de trabalho e também a partir do desenvolvimento da divisão do trabalho, a quantidade de trabalho que um mesmo grupo de trabalhadores são capazes de realizar se deriva segundo Smith (1988, p. 19):

Devido a três circunstâncias: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas.

Em contraste à ideia de Adam Smith, Braverman (1987) reflete que a divisão do trabalho foi levada a um outro patamar, antecedido pela divisão de ofícios, uma vez que não somente era feita a divisão por ofício, mas a criação do trabalho parcelado. No cenário de contraponto, Marglin (1974, p. 14) critica as três circunstâncias defendida por Adam Smith,

ao passo que em relação ao “ganho de tempo” contrapõe com um questionamento de que como “se obtêm ganhos de tempo com a especialização parcelar que caracteriza a divisão capitalista do trabalho?”, respondendo a esse tensionamento, Marglin (1974, p. 14) exemplifica:

Um camponês, por exemplo, para ganhar tempo na organização do seu trabalho, lavrará normalmente um campo inteiro antes de o sarchar, em vez de sarchar cada sulco à medida que os vai lavrando [...]. Para ganhar tempo que normalmente se perde quando se passa de um tipo de trabalho para outro, basta prosseguir continuamente uma mesma tarefa durante o tempo suficiente para que o tempo de instalação se torne uma porção insignificante do tempo de trabalho total. [...]. A economia de tempo implica a separação das tarefas e a duração de uma atividade, não a especialização.

À terceira circunstância proposta por Adam Smith, Marglin (1974), continua tecendo sua crítica, que ao momento que Smith argumenta sobre o desenvolvimento tecnológico – criação de novas máquinas – ele mesmo acaba lhe remetendo a uma contradição, pois com a divisão do trabalho para a maioria dos trabalhadores que exercem sua força de trabalho em ocupações cada vez mais fragmentadas e por isso simples, nada lhes resta a não ser a sua vida sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento.

Já apresentada a discussão sobre a segunda e a terceira circunstância apresentada por Adam Smith ao discutir a divisão do trabalho, nos resta a destreza. Continua Marglin (1974, p. 16), de que a destreza argumentada por Smith se caberia se o mesmo falasse de outros ofícios, no caso “de músicos, de dançarinos ou de cirurgiões” ou então exemplificasse com a divisão do trabalho a partir de seu exemplo icônico dos fabricantes de alfinetes¹, porém:

Não é nada disso que fala, mas muito simplesmente da divisão parcelar de atividades industriais banais em diferentes especialidades. [...]. Na medida em que as qualificações em causa sejam difíceis de aprender, pode admitir-se que haja vantagem em dividir a produção em especialidades separadas. Mas, a avaliar pelos salários dos diversos especialistas empregados na fabricação de alfinetes, nenhum possuía uma qualificação especial que merecesse um salário superior (MARGLIN, 1974, p. 16).

Ainda no contexto da discussão sobre a divisão do trabalho, com um olhar de que a mesma se faz como mecanismo de exploração do trabalho, Gorz (1974, p. 192) reflete que com a divisão capitalista do trabalho, e também “com a sua separação entre o trabalho manual e o intelectual, entre o trabalho de execução e o de decisão, entre o trabalho de produção e o

¹ “Um homem estica o arame, outro o retifica e um terceiro o corta; um quarto faz a ponta e um quinto prepara o topo para receber a cabeça; a cabeça exige duas ou três operações distintas; colocá-la é uma função peculiar, branquear os alfinetes é outra e até alinhá-los num papel é uma coisa separada; e o importante na fabricação de um alfinete é deste modo dividido em cerca de dezoito operações que, em algumas fábricas, são executadas por mãos diferentes, embora em outras o mesmo homem às vezes execute duas ou três delas” (SMITH, 1988, p. 18).

de gestão”, essa divisão acaba por se desenvolver – além da divisão do trabalho em uma visão econômica – por ser uma “técnica de dominação”, ao ponto que essa técnica se faz necessária para uma maximização da exploração, ou seja, submeter ao trabalhador o “máximo possível de trabalho” em função do capital.

Em um âmbito econômico da exploração do trabalho do trabalhador, Braverman (1987) retoma a discussão a partir dos estudos de Babbage, no qual remete a um importante princípio de que com a especialização – parcelamento – da divisão por ofícios, barateia o processo produtivo, com a especialização há uma exploração do mais trabalho, por esse trabalho ter se tornado mais simples e repetitivo.

Portanto após a reflexão sobre os elementos determinantes do trabalho, seja pela apresentação das mediações de primeira e segunda ordem, e também enquanto trabalho estranhado ou alienado, há uma clareza ao se pensar no seu oposto, ou seja, pensar o trabalho emancipado a partir de outras formas de trabalho. Deste modo a autogestão de forma densa se mostra como um possível caminho para os trabalhadores terem condições de seguirem a sua própria história, e a economia solidária se mostra presente com algumas características autogestionárias e com fomento a emancipação do ser, enquanto ser e ser social (BENINI; BENINI, 2010).

Feita a discussão sobre as categorias mais amplas – alienação, divisão do trabalho, propriedade privada e exploração dos trabalhadores – a respeito do modo de produção capitalista e/ou do sistema sócio-metabólico do capital que orientam a análise do objeto de estudo, a próxima seção apresenta o contexto de ressurgimento da economia solidária e as principais interpretações que têm sido realizadas no campo da pesquisa científica.

2.2 Contexto Econômico Solidário

Os grandes continentes das populações nas sociedades contemporâneas dos países subdesenvolvidos registram números de aberrantes deficiências sociais que mostram a forte relação entre a falta de acesso aos direitos básicos e a marginalização econômica, levantando à discussões conflitantes sobre a construção de países fundamentados em bem-estar econômico e justiça social. Tauile e Rodrigues (2004) apontam que o Brasil enfrenta ameaças que colocam em risco a própria estrutura mínima de um estado de bem-estar que possa verdadeiramente implementar e sustentar políticas sociais destinadas à redução das mazelas inerentes ao capitalismo atual. A economia solidária insere-se nesta perspectiva de busca por formas de implementação de soluções frente aos desafios socioeconômicos. Para o

entendimento da economia solidária se faz necessário a discussão das diferentes vertentes entre os pesquisadores desse tema. As discussões nos remetem a algumas diferenças quanto ao próprio objetivo da economia solidária, porém as diferentes perspectivas nos remetem à pontos convergentes, no qual se destaca o surgimento da economia solidária a partir da crise do capital, com o objetivo de gerar oportunidades para o desenvolvimento de seus adeptos, tanto relacionado à aspectos econômicos, quanto aos sociais. Por meio do trabalho associado, vislumbrando uma autogestão não somente dos empreendimentos, mas de um modo de produção, em que todos trabalham em virtude de um bem coletivo.

As intensas discussões sobre o tema, apontam que a economia solidária, surge na primeira metade do XIX, após a revolução industrial, quando grande parte da população, principalmente os mais pobres, estão desempregados e marginalizados em razão da exploração e da falta condição de vida do proletariado, ou seja, revelando-se uma iniciativa guiada por uma perspectiva contrária aos princípios capitalistas. Para Taulie e Rodrigues (2004), as sociedades e seus sistemas econômicos são estabelecidos e regulamentados de maneira própria, entretanto, quando se discute sobre política social, é possível visualizar a necessidade de lidar com desajustes sociais ou imprevistos maiores, forçando a necessidade de alteração, mesmo que minimamente. Nesse sentido, no final do século passado, a economia solidária surgiu no cenário econômico e social brasileiro por meio da autogestão dos empreendimentos. O fenômeno da economia solidária foi difundido em todo território nacional na década de 1990 e é responsável pela existência de um expressivo número de trabalhadores democraticamente organizados em forma de empreendimentos econômicos. A economia solidária não se trata de uma inovação no direito societário nacional, mas identifica novas relações de trabalho com base em sinergias que trazem um elemento mais valioso no contexto dos empreendimentos econômicos contemporâneos, sendo principalmente organizados como cooperativas e associações urbanas e rurais com foco na produção, trabalho, consumo ou crédito dentro de um movimento que combina políticas públicas progressistas com a sociedade civil.

Entende-se que os princípios capitalistas são direcionados à individualidade, autonomia, liberdade, além de ser baseado na lógica de acumulação de lucro, estes proporcionam o progresso da tecnologia, alterando a natureza sob fins produtivistas, com enfoque no aumento da utilidade social das forças produtivas, assim como na ampliação dos lucros (NUNES, 2009; ARROYO; SCHUCH, 2006).

Dessa forma, Gaiger (2003) permite compreender o modo de produção capitalista na forma de quatro características econômicas, até então separadas: a) um sistema de produção

de mercadorias, de produtos que visam exclusivamente o mercado; b) a divisão entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e separados dos meios; c) a transformação da força de trabalho em mercadorias, sob o modo de trabalho assalariado; d) a extração da mais valia, relativo ao trabalho cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para aumento do valor de investimento na produção.

Entretanto, como sua prática está fundamentada em uma relação social, entre indivíduos desigualmente situados diante dos meios de produção e as condições de valor de sua capacidade de trabalho, resultou-se inúmeras ações de desigualdade social e competição entre as forças de trabalho. Sendo assim, em prol aos desfavorecidos, inúmeras tentativas para instituir modos comunitários e democráticos de organizar a produção e o consumo foram registrados com a finalidade de encontrar alternativas para igualdade econômicas e a preservação da qualidade de vida dos trabalhadores (GAIGER, 2003).

No entretanto, as concepções conceituais que permeiam a Economia Solidária, identifica uma diversidade de vertentes entre autores, bem como não há um senso sobre o que seja a Economia Solidária (CALBINO; PAULA, 2013). Dessa forma, as diferenças podem ocorrer desde as definições, origens, marcos fronteiros e perspectivas epistemológicas sobre a economia solidária.

Para este estudo, dentre os estudiosos da economia solidária, podemos destacá-los quanto às suas concepções teóricas. Wirth, Fraga e Novaes (2011) apresentada quatro linhas teóricas, nas quais são: a) o estudo da economia solidária com enfoque na superação do capitalismo; b) estudo com o enfoque de a economia solidária é praticada juntamente ao sistema capitalismo, com sentido de complementaridade; c) o estudo da economia popular, expandindo o estudo da economia solidária; e d) estudo focado na percepção da economia solidária, como um movimento de generalização da autogestão na sociedade.

Relacionado à linha teórica que defende a economia solidária para além do capital, Singer (2002) expõe que para a superação do capital deveria ser retomado às ideias dos socialistas utópicos, em que se formariam regiões de resistência no panorama atual social visando a reconfiguração do capitalismo. Para Singer (2003), a economia solidária, é fundamentada nos princípios básicos de posse coletiva dos meios de produção, gestão democrática, repartição da receita líquida entre os membros, destinação do excedente anual, além disso, ressalta-se que os critérios de decisão são escolhidos e negociados em comum acordo por todos os integrantes envolvidos. Ademais, Singer (2003) corrobora que os empreendimentos solidários desejam estabelecer ganhos que não fiquem limitados a esfera econômica, mas almejam incorporar elementos como autoestima, afinidade com o trabalho e

os participantes, autonomia e os direitos de cidadãos, além da valorização do relacionamento humano e social.

O foco dos estudos está nas unidades produtivas, nas quais operam de modo a negar o modo de produção capitalista, realçando a importância da posse coletiva dos meios de produção, processo este que na medida do aumento das iniciativas elevariam o número de unidades produtivas e, de maneira gradual, resultaria na superação do modo de produção atualmente vigente. Por outro lado, Wirth, Fraga e Novaes (2011) tecem um pensamento de que Singer não considera ou então subestima o modo de produção vigente, pois expõe em sua argumentação que a economia solidária vigoraria junto ao sistema capitalista até um determinado período, e que o modo de produção solidário superaria o do capital, deixando de lado o modo de produção vigente, dessa forma, orientado e influenciando outras formas de economia que coexistem com o capitalismo. Ainda, Wirth, Fraga e Novaes (2011) tecem a crítica de que Singer não considera a possibilidade de os empreendimentos organizarem-se em cadeias produtivas solidárias, nas quais não existem os direitos trabalhistas, contribuindo para o barateamento dos custos de produção e possibilitando uma acumulação mais flexível.

Novaes (2013) corrobora que esta perspectiva teórica parte de ideias de autogestão e do controle produtivo pelos operários, esse movimento é decorrente de experiências britânicas datadas no início do século XIX, com o objetivo de transformação social das relações produtivas capitalistas e sua substituição pelos preceitos socialistas de solidariedade e igualdade. Outra perspectiva teórica, diz respeito aos autores que entendem que economia solidária tem um caráter de complementaridade ao sistema capitalista, uma vez que entre o modo de produção hegemônico sempre existiram outras formas de economia, nos quais se situam Laville e França-Filho (2004). Os autores decorrentes dessa perspectiva teórica, pautados em Polany, destacam que existem algumas esferas de configuração do circuito econômico: domesticidade, reciprocidade e mercado.

Diferentemente de Singer (2002, 2003), Laville e França-Filho apresentam uma discussão mais ampla sobre a economia solidária, levantando em conta aspectos para além das trocas mercantis, mesmo sendo a esfera a mais privilegiada pelo sistema capitalista. Para os autores, a economia solidária se aproxima da economia popular principalmente nos países latino americanos, apresentando-se como uma forma organizacional de cunho popular de combate à pobreza, que ganha força em momentos de crise do sistema capitalismo como uma forma de superar a crise do sistema hegemônico.

Para França Filho (2002), o conceito de economia popular, consiste na produção e o desenvolvimento de atividades econômicas em bases comunitárias, que depende de

articulações específicas entre necessidades (demanda) e saberes (competências) na estratégia local. Ainda afirma que as formas comunitárias de organização popular, que estão presente na economia popular, são frequentemente encontradas em projetos da economia solidária, no entanto, apesar das características na economia solidária, pretende-se ir além das premissas da economia popular.

A economia popular é discutida por Coraggio (2007) e Kraychette (2007) como outra perspectiva teórica a respeito da economia solidária, que não se diferencia, na verdade, considera a economia popular para então compreender as possibilidades da economia solidária. Esse movimento ganha força diante dos altos níveis de precariedade, desemprego e limites das políticas públicas, fomentando os meios de subsistência alternativo (WIRTH; FRAGA; NOVAES, 2011).

A importância de um elevado grau de suporte político-institucional para os empreendimentos e suas bases de fomento como educação ou crédito cresce à medida que os índices de desocupação e carência de renda para a maioria da população tornam-se incontroláveis, especialmente para as sociedades debilitadas de políticas públicas. Ademais, nota-se que esses empreendimentos, formados a partir de atores engajados e dispostos a lutar pela causa da Economia Popular Solidária, são viáveis e tornam-se verdadeiramente sustentáveis ao longo do tempo, de modo a promover o desenvolvimento socioeconômico (TAULIE; RODRIGUES, 2004).

O ponto de diferenciação da economia solidária como uma forma complementar ao capitalismo para a economia popular, reside no fato de os autores apoiadores da economia popular destacarem que é papel do Estado assumir a responsabilidade política, desconsiderando uma rearticulação circunstancial entre a sociedade, mercado e Estado, em que a economia popular está engendrada no sistema capitalista e não possui uma determinação de superação do modo de produção capitalista, se diferenciando também da visão de Singer (CORAGGIO, 2007; WIRTH; FRAGA; NOVAES, 2011). Ainda assim, os autores da economia popular afirmam a existência de um entendimento dos trabalhadores diferente e contrária à lógica capitalista – trabalhadores como mercadorias durante o processo de produção –, contudo, essa economia não se mostra capaz de superar a situação de marginalidade no sistema capitalista, mas se faz necessária para a construção de alternativas para a sobrevivência dentro do sistema em vigor.

Outra perspectiva teórica diz respeito a autogestão, na qual é discutida por um grupo de autores, no caso Benini e Benini (2010; 2015), Dal Ri e Vieitez (2008), Nemirovsky (2012) e Novaes (2013). A perspectiva da autogestão na qual é discutida por esse grupo de

autores possui a ênfase de autogestão enquanto uma forma de generalização de seus princípios, a autogestão desenvolvida pela luta de classes, não só na gestão da unidade produtiva, mas para além do capital como uma forma de socialismo autogestionário (WIRTH; FRAGA; NOVAES, 2011).

A autogestão expandiu-se pelo Brasil em 1990 e tomou consistência à medida que os trabalhadores de empresas em estado de falência ou desempregados começaram a se associar, para manter funcionamento das instalações das antigas empresas ou estabelecerem outro espaço, possibilitando uma gestão democrática e participativa do empreendimento, diferente do tradicional modelo de gestão capitalista. Assim, com o aumento do número de empreendimento associando-se de maneira progressiva, em 1994 foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag) que inicialmente já contava com 150 empreendimentos, majoritariamente organizados em forma de cooperativas, contabilizando cerca de 30 mil trabalhadores. Esta entidade objetivava a promoção da construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários que contribuem para criar/recrutar trabalho e renda por meio de ações de empresas autogestionárias e, inicialmente, exerceu o papel de reunir os interesses dos trabalhadores e empreendimentos que demandam por uma inserção econômica, como por meio das redes solidárias de produção, além do incentivo à formação profissional e empresarial. Em 2003, criou-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário (TAULIE; RODRIGUES, 2004).

Entre os elementos fundantes da perspectiva de autogestão, destaca-se as ideias de Tragtenberg (1986, p. 5):

A classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos. Essa é uma tendência que aparece nos momentos decisivos da luta dos trabalhadores.

Portanto essa corrente teórica acredita que autogestão não deveria se fazer presente apenas nas unidades produtivas, uma vez que é um movimento que faz parte da luta de classes historicamente discutido e que as suas atividades visando a emancipação do ser e o estímulo do trabalho universal associado deveriam ser rompidas para as outras formas de organização,

tais como os serviços públicos, as escolas, os governos, até a mudança do modo de produção do capital para o social autogestionário.

Para Lisboa (2005), a impossibilidade de eliminar a alienação do trabalho e conquistar a libertação limita os desejos de alcançar a emancipação humana do trabalho, dessa forma, mesmo que as atividades sejam autogeridas, não existe a garantia de fugir da lógica do capital. No entanto, Benini (2008), aponta que a autogestão se caracteriza por restabelecer os laços de solidariedade que pertencem ao processo produtivo, através da transparência da gestão, divisão do poder e dos ganhos e também pela participação ativa dos sócio-trabalhadores durante execução das tarefas.

A economia solidária, conforme Tauile e Rodrigues (2004), busca implementar políticas de fomento e incentivo à geração de trabalho e renda que possam combater de maneira efetiva a desocupação e o desemprego, sanando problemas como a pobreza nas economias periféricas onde há maior dificuldade de acesso ao trabalho formal, além das carências nas áreas de educação, saúde, moradia e terra. O discurso em defesa da economia solidária procura ir além do combate assistencial à pobreza e de conjunturas singelas do mercado de trabalho, tendo enfoque na estruturação sustentável do direito ao trabalho e da geração de trabalho e renda. O confronto dos números da exclusão econômica com o da criação de postos de trabalho mostra a necessidade de criar fontes de trabalho que possam não somente promover o crescimento da economia, mas também fomentar o incentivo ao empreendedorismo popular coletivo dos trabalhadores por meio da autogestão de empreendimentos, de modo a criar alternativas sustentáveis para o funcionamento das economias contemporâneas.

As iniciativas advindas da economia originam-se primariamente como um resultado da precarização do trabalho assalariado e do crescimento dos níveis de desemprego, tendo como aspecto diferenciador sua questão de lógica, que toma o trabalho assalariado e as forças socioprodutivas como uma maneira de alcançar o bem-estar humano, desconsiderando o elevado anseio de acumulação de lucro e concentração individual do capital. A economia solidária insere-se diretamente no escopo dos movimentos sociais e busca construir uma nova sociedade a partir do trabalho cooperado ou associado. Singer (2002) aponta que o raciocínio em economia solidária demanda atenção para sobre sua lógica inversa ao sistema capitalista, regida por princípios democráticos e de autogestão. Conforme Singer (2002), França Filho et al. (2006) e Polanyi (2000), é preciso desconstruir os fundamentos capitalistas e interpretá-los sob a lógica da economia solidária, em uma perspectiva de negação ou adaptação dos princípios capitalistas, assim, reconstruindo os movimentos dos princípios de competição,

desigualdade e heterogestão, de modo a transformá-los em solidariedade, igualdade e autogestão.

Para Taulie e Rodrigues (2004), o capitalismo moderno assume uma posição de contínuo conflito com os agentes de produção, sejam eles capital ou trabalho, desenvolvendo um movimento altamente polarizado entre a inclusão seletiva de agentes que densificam seu núcleo dinâmico central e, em contrapartida, a repulsiva exclusão das massas de trabalhadores, sendo direcionados para regiões periféricas marginalizadas. O capitalismo claramente afeta a maneira como as sociedades se relacionam e a realidade das parcelas sociais economicamente excluídas, esta problemática aponta as diferentes tentativas práticas de solucionar este problema, principalmente pelo fomento a comportamentos mais cooperativos e uma dinâmica mais solidária entre os agentes da produção social. O incentivo a uma mudança na concepção da dinâmica de trabalho por meio dos princípios da economia solidária pode produzir novos formatos de composição societária de modo a operacionalizar os processos de produção de maneira autogestionária, sendo o termo “autogestão” um elemento fundamental no contexto da economia solidária.

Os atores dos empreendimentos constantemente apontados são trabalhadores que possuíam ocupação e que estão desempregados, que estão prestes a perder o emprego ou que nunca foram inseridos no mercado de trabalho formal. O que diferencia os empreendimentos organizados por estes atores com experiências e contextos semelhantes, é a natureza estabelecida para a sua gestão, estritamente fundamentada nos princípios da igualdade, solidariedade e democracia. A execução prática destes princípios consagra os ganhos de sinergia gerados no processo e caracterizam a sua própria sociedade de pessoas.

Embora os formatos societários dos empreendimentos de autogestão não desviem totalmente dos moldes tradicionais, eles surgem em diferentes formas e pelas diferentes e principais razões: a) Criação de associação de trabalhadores para a criação de postos de trabalho, permitindo aos trabalhadores um processo de (re)inclusão social e econômica a partir da auto-organização para a geração de trabalho e renda, constituída por meio de cooperativas, associações de produção ou outro modelo societário; b) Recriação de postos de trabalho e renda por meio de arrendamento judicial de parque produtivo de uma empresa falida onde os seus respectivos trabalhadores possam estabelecer sua nova estrutura societária, isto é, empresa de autogestão, assumindo o ativo produtivo da massa falida, após despacho judicial, dando continuidade à linha de produção das empresas; c) Arrendamento de um empreendimento econômico em estado de pré-falência, no qual os trabalhadores organizam-se para trabalhar e gerir a produção a partir de uma outra estrutura societária, isto é, uma

empresa de autogestão, isto ocorre especialmente quando essas empresas enfrentam dificuldades em seus processos de administração e produção; d) Compra de empresa por trabalhadores organizados em empreendimento coletivo, embora ocorra com menor frequência, esta negociação ocorre a partir do estudo da viabilidade econômica e das condições de sustentabilidade da empresa, considerando questões de crédito e comprometimento financeiro; e) Reversão para autogestão de cooperativas ou associação de produtores anteriormente organizadas em formas de cooperativas e associações, mas sem o devido enfoque na implementação de princípios solidários como democracia e participação mútua na gestão de seus negócios, assim, tornando-se parte da Economia Popular Solidária e integrando-se às redes de cooperação (TAULIE; RODRIGUES, 2004).

Singer (2002) permite compreender a economia solidária como um contraponto à competição excludente, apresentando-se com um arranjo econômico em que se predomina tal princípio como uma maneira de alcançar o bem-estar social. Ademais, a solidariedade na economia somente torna-se real se organizada igualmente pelos seus associados, de modo a produzir, consumir, comerciar e poupar, tendo como princípio básico a associação entre os iguais, o oposto do contrato entre desiguais.

Para Arruda e Mariani (2014) o princípio da autogestão pode ser considerado como um arranjo em que as instâncias decisórias dos empreendimentos solidários são tomadas democraticamente pelos trabalhadores. A autogestão permite aos trabalhadores a concepção de trabalho tomado de maneira integral, isto é, eles são donos dos seus próprios meios de produção e das mercadorias resultantes de seus respectivos trabalhos, demonstrando a negação dos preceitos alienantes do excludente sistema capitalista. Para Benini (2008) a autogestão é caracterizada pela recuperação dos laços de solidariedade por meio de processos produtivos nos quais as existam processos de gestão transparentes, divisão de ganhos e de poder e, em especial, tarefas desenvolvidas e enriquecidas por meio da participação ativa dos sócios trabalhadores.

Singer (2002) concebe a autogestão como um mecanismo que proporciona o desenvolvimento humano aos seus participantes, desprendendo-se do mérito principal de eficiência econômica. Gaiger (2003) afirma que a autogestão e a cooperação acompanham o processo de reconciliação entre os trabalhadores e as forças produtivas que possuem e utilizam, tornando-se um elemento comum e com as condições necessárias, ainda que insuficientes, para um melhor patamar de satisfação laboral. Por fim, Singer (2002) reforça a importância da participação em discussões e decisões que envolvem a coletividade, pois trata-se de um processo de associação, educação e conscientização, que reflete na realização,

confiança e segurança tanto pessoal como do grupo, reforçando o propósito de promoção de bem-estar social de maneira autônoma, democrática e solidária.

Face a fragmentação dos empreendimentos solidários e a construção de alternativas para a consolidação e articulação do movimento, a próxima seção apresenta uma discussão sobre a constituição de um ambiente de redes, e mais especificamente sobre as características de redes solidárias.

2.3 Redes solidárias e colaborativas

Motta e Vasconcelos (2002, p. 369) nos apresentem uma discussão sobre algumas teorias ambientais e especificamente sobre a perspectiva de redes organizacionais, assim para uma breve contextualização, os autores discutem sobre a constituição do “ambiente de tarefa”, esse ambiente nos remete a ideia específica de qual ambiente uma determinada organização atua, influenciada a determinar suas ações organizacionais.

Esses autores nos trazem a ideia de organizações em rede a partir de aspectos relacionais do ambiente, salientando os aspectos políticos das organizações, partindo da premissa que os ambientes de atuação são realidades socialmente construídas, baseando-se em acordos, vínculos, contratos e links entre diversos grupos organizacionais (MOTTA; VASCONCELOS, 2002).

Em sua estrutura, em vários casos as organizações em redes são descritas como organizações sem fronteiras, em que são desenvolvidas por diversos conjuntos de diferentes organizações, nas quais desenvolvem suas atividades coordenadas por acordos, contratos e relações organizacionais, diferente de formas tradicionais de relacionamentos empresariais, nos quais predominam a criação de estruturas hierárquicas formais, rígidas e custosas (MOTTA; VASCONCELOS, 2002).

Ao contrário de estruturas tradicionais, Motta e Vasconcelos (2002) pontuam que redes organizacionais facilitam a coordenação por meio da flexibilidade das organizações estarem ligadas por meio dessas redes – em tese por serem “mais orgânicas” – e essa estrutura é adequada nos ambientes complexos e incertos, os quais predominam nos dias atuais.

Um outro aspecto da discussão que pode ser levantado diz respeito a uma importante descontinuidade da abordagem das redes em relação às abordagens hegemônicas, principalmente as abordagens sistêmica ou funcionalista e da chamada ecologia organizacional. Enquanto a primeira ressalta a adaptação ao ambiente e a segunda a seleção pelo mesmo, as teorias de redes enfatizam as possibilidades de criação e desenvolvimento de

ambientes e espaços de atuação pelas próprias organizações. É neste sentido que a discussão sobre rede é estratégica para o fortalecimento da economia solidária.

A partir desse contexto, em um ponto inicial as redes solidárias se assemelham aos objetivos da própria economia solidária, ao passo que essas redes buscam a geração de trabalho e renda a pessoas que estão excluídas dos postos formais de trabalho empregados no capitalismo, e além disso as redes buscam construir alternativas de produção e um melhoramento do padrão de consumo de todos os seus participantes, bem como construir uma sociedade cada vez mais distante do modo de produção hegemônico ao passo de que não haja a exploração dos trabalhadores nem a expropriação de suas condições de trabalho. Entre diferentes perspectivas e autores que discutem o tema, nesta pesquisa a ideia de redes sendo de colaboração solidária, assume-se a visão de Euclides André Mance, a partir de seus estudos publicados nos livros *Redes de Colaboração Solidária, Aspectos econômicos-filosóficos: complexidade e libertação* (2002) e *Como Organizar Redes Solidárias* (2003).

Em termos estruturais as redes de colaboração solidária buscam a integração de grupos produtores, consumidores e de prestadores de serviço em uma mesma estrutura, em que todos os integrantes de cada grupo buscam praticar o consumo solidário, em que se destacam as atividades de comprar produtos e serviços da própria rede, garantindo assim trabalho e renda aos membros dessa estrutura (MANCE, 2003).

Segundo Mance (2002, p. 42) a palavra estrutura deve ser substituída pela compreensão de que as redes de colaboração solidárias são como conexões e fluxos entre células, ou seja, os elementos constituintes dessa rede são as “células, as conexões entre elas e os fluxos que as perpassam”. Em que as células são constituídas pelos grupos de consumo, ou então de produção, serviço ou comércio; as conexões transformam os empreendimentos que estão distantes desse movimento de rede a partir de ligações que permitem as ações coordenadas; e os fluxos se desenvolvem a partir das conexões entre as células, no qual flui informações e valores necessários para a própria reprodução da rede (MANCE, 2002).

Ao passo de que haja um movimento de consumo e produção dentro da rede, os excedentes produtivos, ao invés de se acumularem em alguns grupos, ou então em alguns empreendimentos, esse excedente é reinvestido em toda a rede, buscando o fortalecimento dos parceiros, bem como a criação de novos postos de trabalho a fim de suprir todas as necessidades dessa rede, na qual busca cada vez menos a compra de insumos e a venda de produtos ou serviços ao mercado capitalista, ou seja, a rede de colaboração solidária objetiva a produção de tudo o que seus componentes precisam para a realização do seu bem viver social (MANCE, 2003).

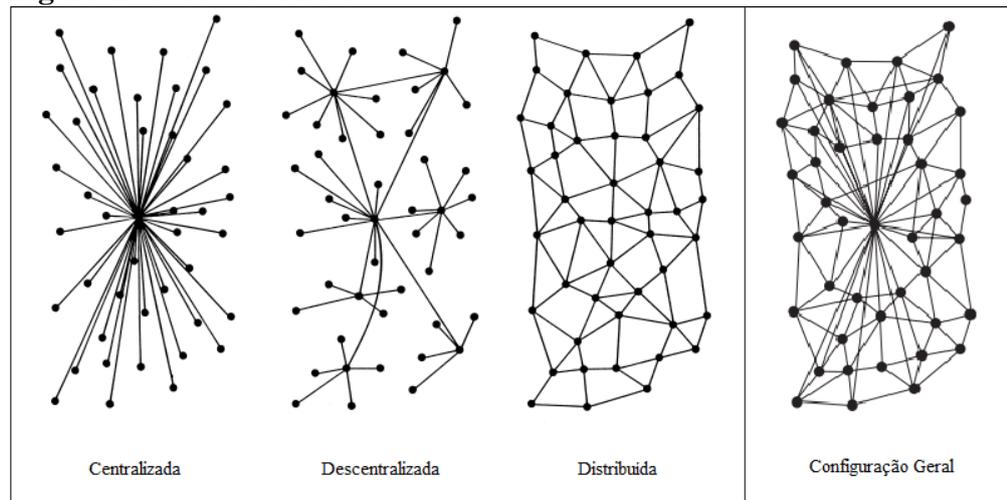
Outro ponto de destaque, Mance (2003) enfatiza que a prática da colaboração solidária – seja produção, consumo, prestação de serviço e créditos solidários –, possibilita a construção de uma nova sociedade, com objetivos de preocupação sustentável e também mais justa, pois garante a geração de postos de trabalho e distribuição de renda.

Para tanto, a gestão da rede de colaboração solidária deve se organizar a partir da gestão democrática, em que Mance (2002, p. 47) pontua algumas ações para que essa rede se organize necessariamente pautada na democracia, mesmo porque o seu surgimento e para o seu desenvolvimento depende inteiramente da colaboração solidária, supondo a “adesão e participação livre de cada pessoa”, além de outros aspectos relacionados a descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização, assim:

Descentralização, uma vez que não há núcleo central e que a partir de cada célula novas redes complexas podem se construir. Gestão participativa, uma vez que todos os trabalhadores e consumidores – exercendo a autogestão – participam nas decisões sobre o surgimento de novas células, sobre o que deve ser produzido, sobre o reinvestimento do excedente, etc. Coordenação, eleita democraticamente pelas células, com atribuições e condicionantes de atuação que são estabelecidos de igual maneira. Regionalização, com as instâncias democráticas organizando-se desde as células até as instâncias regionais e mundial (MANCE, 2002, p. 47).

A partir da exposição de como a gestão da rede deve ser realizada, encontra-se em alguns momentos que essas características de gestão podem e devem se diferenciar, ao passo que cada etapa do desenvolvimento da rede se faz necessário a mudança de gestão. Assim, em seu movimento complexo, a rede pode se apresentar a partir de uma centralização da gestão, como exemplo em algum fórum eletrônico ou a partir da transferência de informações entre células que detém um conhecimento maior sobre determinado assunto e auxilia no surgimento de células e redes novas (MANCE, 2002).

Portanto, a configuração da rede de colaboração solidária pode assumir diferentes tipos de gestão no decorrer de seu movimento de desenvolvimento, ora permeando alguns pontos de centralidade, ora da gestão distribuída – ou coordenação participativa –, ou então assumir todos os tipos de gestão ao mesmo momento, assumindo o caráter de uma rede de configuração geral, com células que detêm algum processo centralizado ao mesmo momento que outras células possuem a coordenação participativa e outras com processos descentralizados. Para questão de ilustração, a Figura 1 nos remete aos momentos das configurações da gestão da rede de colaboração solidária:

Figura 1: Gestão de Redes.

Fonte: Adaptado de Mance (2003, p. 44-45).

Outro ponto importante para a discussão está relacionado com as redes colaborativas. Milagres, Silva e Rezende (2016) discutem que rede colaborativa é configurada a partir de um arranjo concreto, no qual é formado por organizações que possuem uma característica de complementariedade e que dependem entre si para o alcance de objetivos em comum. Ainda assim, as organizações são autônomas, mesmo com essa característica de dependência uma das outras, nas quais podem ser formadas por organizações ou atores que se organizam a partir de empresas, instituições pertencentes ao Estado, organizações sem fins lucrativos e também por outras formas de mobilização da sociedade civil (PROVAN; LEMAIRE, 2012; MILAGRES; SILVA; REZENDE, 2016).

As organizações pertencentes a rede, interagem a partir de negociações cíclicas, objetivadas por ideias em comum, interesses, visões, e são importantes para diversas camadas da população. A operacionalização da rede é constituída de regras e normas de conhecimento partilhado e entendimento coletivo dos participantes da rede, nos quais objetivam a elaboração a produção do bem público e criação de valor, assim como a elaboração de políticas (MILAGRES; SILVA; REZENDE, 2016).

Outra característica que marca o arranjo organizacional da rede colaborativa é o fato do desenvolvimento das organizações participantes buscando objetivos convergentes pautados pela colaboração, em que envolve pelo menos duas organizações autônomas (MILAGRES; SILVA; REZENDE, 2016).

Ainda assim, a rede colaborativa não é pautada em estruturas caracterizadas pelas organizações tradicionais, em que – organizações participantes de rede colaborativa – são caracterizadas pelo desenvolvimento horizontal, nas quais são iguais se comparado a capacidade de gestão de recursos e autonomia (MILAGRES; SILVA; REZENDE, 2016).

Entretanto, mesmo que o objetivo possa ser o mesmo para as organizações, cada elo da rede possui interesse diferente e se organiza de maneira a alcançar seus objetivos, a partir desta interação, há o desenvolvimento de negociações criando a necessidade de confiança e aprendizado das organizações visando um entendimento comum (MILAGRES; SILVA; REZENDE, 2016). Por se organizarem em rede, as decisões das organizações não são administradas individualmente, prevalece o objetivo de decisões compartilhadas e são conformadas pelo objetivo em comum dos participantes buscando sempre o consenso (TORFING, 2005).

Portanto, como resultado desse conjunto de características relacionadas a rede colaborativa, faz-se necessário o entendimento da forma de gestão entre as organizações participantes. Assim, a teoria de redes apresenta os pontos para se estabelecer um estilo de governança diferente e específico para esse ambiente, ressaltando mesmo assim, normas e regras que se misturam com o modo tradicional de gerir uma rede, porém com características mais horizontais e – como o próprio nome já sumariza - colaborativas.

A governança colaborativa pode ser entendida a partir da construção de instrumentos capazes de coordenar, ou então, organizar os participantes envolvidos na rede, nos quais se destacam os processos de tomada de decisão buscando a viabilização de atividades voltadas às políticas a serem seguidas, além da definição de processos e normas que buscam estabelecer os limites de autonomia e divisão de responsabilidades para o compartilhamento de resultados e recursos (MILAGRES; SILVA; REZENDE, 2016). Por se tratar de uma rede de características colaborativas é necessário também o contato com diferentes tipologias de organizações – produção, consumo, venda, governamental – buscando a garantia de diversidade de parceiros afim de garantir melhor desenvolvimento das atividades compartilhadas entre os parceiros (ROTH et al., 2012).

Após esse entendimento de procedimentos de governança, vale ressaltar que se trata de um processo de aprendizagem mutua entre os componentes da rede, de maneira que as regras e normais – formais ou informais – são desenvolvidas ao longo do tempo, em que altera a percepção dos participantes relacionado à solução de problemas. Ainda assim, a estrutura de governança colaborativa é dinâmica e pode variar com o contexto na qual a rede é inserida, e a própria característica colaborativa influencia o comportamento dos atores (MILAGRES; SILVA; REZENDE, 2016).

Se comparado a governança de redes tradicionais – sem a característica colaborativa – em que os atores, embora participem de uma rede, possuem características de compartilhamento de informações, produção ou de resultados financeiros, mas de uma forma

mais individualizada, a característica da rede colaborativa exige uma mudança de relações e processos – tanto para as organizações quanto para as pessoas participantes – e que possivelmente os atores agiriam de maneira isolada ou diferente se não estivesse atuando em uma rede com a característica colaborativa (MILAGRES; SILVA; REZENDE, 2016).

Outra característica de redes colaborativas está ligada ao processo de tomada de decisão de uma maneira menos hierarquizada, no qual objetiva as relações de informação e decisões de maneira horizontal, visando a promoção de empoderamento e interação entre os envolvidos, ainda assim, a troca de informações e transparência dos processos é percebida como um mote central para o bom funcionamento da parceria em rede (MILAGRES; SILVA; REZENDE, 2016).

Entre formas de governança de rede, Provan e Kenis (2005) apresentam um estudo explicitando três formas de organização em rede, nas quais são a governança autônoma – ou então autogovernada –, governança de uma organização líder, e governança da rede administrada por uma entidade não participante. Entre estas três formas damos atenção a governança autônoma, por apresentar as características que mais se assemelham à lógica de uma rede mais horizontal e autogerida pelas entidades participantes.

Assim, a rede com estrutura de autogoverno é motivada pelo coletivo das organizações participantes sem estrutura de governança separada, ao ponto que a tomada de decisão da rede é feita formalmente a partir de reuniões periódicas pelos representantes de cada organização, ou então de uma maneira mais informal, porém objetivando o sucesso da rede (PROVAN; KENIS, 2005).

Assemelhando com alguns pontos discutidos por outros autores (MANCINI, 2002 e 2003; MOTTA; VASCONCELOS, 2002; ROTH et al., 2012; MILAGRES; SILVA; REZENDE, 2016), as redes de autogoverno dependem necessariamente do comprometimento e envolvimento de todas as organizações participantes, de maneira que, coletivamente as organizações e seus integrantes são responsáveis pela parte de produção e operação interna da rede.

Feita esta discussão sobre rede, a próxima seção apresenta algumas questões relativas ao método que orienta esta pesquisa, assim como os procedimentos de pesquisa.

3. MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Iniciamos este tópico nos remetendo a uma explicação do que é metodologia, assim: metodologia é o procedimento científico que objetiva o estudo dos métodos de investigação de uma determinada realidade, “considerando desde a percepção ontológica do objeto até a sua reprodução como objeto pensado”. Essa colocação incide pela definição: “da Dimensão Epistemológica que guiará a investigação, das opções teóricas e das técnicas de levantamento, coleta, tratamento, interpretação, apresentação e análise de dados” (FARIA, 2014, p. 43). Ainda assim, o método não pode ser confundido com as técnicas de coletas – seja ela qualitativa e/ou quantitativa –, bem como os processos de análise de dados e também as fontes da pesquisa – primária ou secundária – embora é de suma importância esta exposição.

3.1 Dimensão epistemológica e método

A presente pesquisa é caracterizada a partir da epistemologia materialismo histórico e que apresenta como método a dialética. Para iniciarmos a exposição epistêmica e do método é necessário refletir sobre algumas discussões sobre as visões que permeiam todos os tipos de epistemologia, nas quais são situadas as visões que partem do realismo – ou então empirismo – e o idealismo – caracterizada pelo racionalismo (FARIA, 2011).

Essa discussão epistêmica tem por fim se a origem do conhecimento é de caráter realista em que remete ao aprendizado pelo sujeito, ou então no pensamento que concebe a realidade, uma vez que o materialismo é pautado na materialidade de que o conhecimento se produz a partir do real, e a outra concepção é o idealismo, na qual sua base de realidade é dada a conhecer com o desenvolvimento da ideia que se tem do real (FARIA, 2011).

O materialismo histórico com uma visão epistêmica permeado pelo método da dialética é discutido por Faria (2011, p. 2), em que apresenta a discussão de que essa epistemologia em sua compreensão mais simplista considera de maneira geral que as coisas são “matérias e todos os fenômenos são resultados de interações materiais”, portanto, uma realidade material se faz através de uma organização da sociedade visando produzir suas condições existenciais, tanto quando – diferenciando suas concretudes e realidades – uma barra de ferro.

Outra característica do materialismo histórico apontado pelo autor a cima citado, é que o pensamento é um fator de mediação entre o sujeito e o objeto permeados pela primazia do real, em outras palavras, a produção do conhecimento advém da realidade material. Ainda

assim, “o conhecimento sobre a realidade não depende de como o sujeito a interpreta pela via do pensamento, mas de como o pensamento torna realidade cognoscível”, e para esta epistemologia, “o real é o ponto de partida por ser verdadeiramente o ponto de chegada” (FARIA, 2011, p. 3).

Para Marx (2003) e Faria (2011), a gênese do desenvolvimento da construção do conhecimento é contido no real concreto, no qual é constituído da matéria ou do objeto relacionado ao sujeito – intrinsecamente o pensamento e a consciência – que age de modo criativo na produção teórica, em que o processo apresenta um movimento que vai do real concreto ao abstrato, e intermediado pelo pensamento, forma o real pensado. E a partir deste movimento, com o real pensado é que o sujeito retorna ao real concreto de onde partiu – concreto imediato, ou então aproximação precária – não da mesma maneira como saiu, mas trazendo o conhecimento como essência da estrutura da coisa (MARX, 2003; FARIA, 2011).

Ainda assim:

O movimento que vai do concreto ao concreto não é uma circularidade simples em que o sujeito pesquisador volta a encontrar o ponto de partida tal como deixou. É um percurso dialético enriquecido com as múltiplas determinações do real que o sujeito foi capaz de desvendar e com as reelaborações que o sujeito foi capaz de fazer em suas reflexões, pois ambos, sujeito e objeto, se moveram no processo. Desta forma, o real concreto que o sujeito reencontra é apenas aparentemente o mesmo de onde ele saiu, pois o concreto não se apresenta mais ao sujeito em sua forma fenomênica e o sujeito não o percebe mais como conhecimento imediato. Ao reproduzir o concreto o sujeito o faz em sua forma apropriada pelo pensamento, como real pensado, elaborado, sintético, como totalidade síntese de sentido, pois o sentido do real deve ser buscado nele mesmo e não fora dele (FARIA, 2011, p. 13).

A dialética como método norteador da pesquisa, destaca a importância da forma de análise, em que é de suma relevância a contradição, bem como o movimento, e também como essas características dos fenômenos estudados se pautam internamente visando uma totalidade, em que essa “totalidade não é a plenitude ou a absolutização, mas a análise não fragmentada do real” (FARIA, 2011, p. 5). Assim a lógica dialética não deixa de lado a expressão formal, uma vez que a investigação e o pensamento dialético são expressos de uma maneira “organizada, sistematizada, dividida e categorizada”, portanto formal (FARIA, 2011, p. 8). Em outras palavras, no método dialético as categorias homem e natureza são interpretadas como o sujeito e objeto, em que o indivíduo social – detêm uma capacidade racional – é capaz de conduzir uma teoria e prática, com um pensar e agir (FRANCO; CARMO; MEDEIROS, 2013).

Para tanto, Faria (2014) baseando-se no método de Marx, destaca três momentos para a construção do conhecimento:

- a) Aproximação precária ou primeiro momento: esta aproximação precária pode ser planejada pelo pesquisador, na qual tendo definido o objeto de estudo e o campo empírico, vai a campo com a intenção de conhecer esse campo cientificamente, em outras palavras, “o sujeito pesquisador planeja sua relação com o objeto ao conhecê-lo já como objeto naquele campo”. Este primeiro momento é uma forma do pesquisador ir a campo para se relacionar de maneira aberta, sem conceitos prévios, sem categorias estabelecidas *a priori* e sem se limitando teoricamente, como objeto pretendido (p. 90).
- b) Aproximação secundária ou segundo momento: corresponde ao momento que o pesquisador, já tendo conhecido seu campo empírico, procura apropriar-se de conceitos, análises e estudos que uma vez foram produzidos para auxiliá-lo no aprofundamento da pesquisa. Nesse momento “ocorre um processo de tensão entre o pesquisador e o objeto ou, dito de outra forma, entre a matéria e a consciência, mediado pelo pensamento”. Ainda assim, esse momento é aquele em que a relação dialética – entre o objeto e o sujeito – é sinérgico, “de maneira que mais e mais o objeto se revela ao sujeito e este mais e mais dele se apropria, porém agora como objeto relativamente elaborado” (p. 94).
- c) Apropriação do objeto pelo pensamento ou terceiro momento: neste momento há uma superação da tensão entre a aproximação precária e secundária, de maneira referente a negação entre o conhecimento imediato sensível e o conhecimento relativamente elaborado. Assim, alcançando o momento da “síntese dialética”, em que “o pesquisador alcança o conhecimento da essência, que lhe permite elaborar os conceitos e organizar, enfim, a ideia da totalidade do objeto” não fragmentado (p. 96).

Tendo em vista essas considerações, a dimensão particular, ou ainda, o concreto-particular da pesquisa tem se materializado na Central de Comercialização da Economia Solidária (CCES), em que está situada na cidade de Campo Grande – MS, bem como o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES/MS). Esta central de comercialização conta com empreendimentos economicamente solidários de várias regiões do estado do Mato Grosso do Sul, em específica conta com 35 empreendimentos que estão organizados em grupos informais, outros por meio de associações e cooperativas, em que esses empreendimentos

realizam a produção artesanal, ou também agrícola de pequena escala, de produtos e comercializam por meio desta central.

A CCES surgiu a partir de um movimento da sociedade civil e depois de um tempo se tornou uma associação, na qual os integrantes dos EES são responsáveis pela gestão da própria central, em que utilizam a economia solidária como base econômica da mesma, em que existem grupos de trabalho para a organização do empreendimento. A CCES é organizada de maneira a fomentar a comercialização dos produtos advindos da economia solidária, por meio da formação de redes de comercialização, bem como rede internas de consumo e compras coletivas de determinados produtos.

3.2 Técnicas metodológicas

A coleta de dados utilizada nesta pesquisa permeou a técnica qualitativa, na qual há uma preocupação com o comprometimento e processo do pesquisador no estabelecimento das técnicas apropriadas, bem como a observação e a sistematização das informações levantadas a partir das técnicas de coleta de dados, em vista a um enriquecimento da pesquisa e compreensão tanto do objeto particular de estudo, bem como a sua totalidade não fragmentada (FRANCO; CARMO; MEDEIROS, 2013).

A fonte dos dados foi primária, e foi coletada a partir de entrevistas *a priori* semiestruturada (aproximação precária) e por observação (não participante). Este procedimento de entrevista, buscou uma primeira compreensão do conteúdo naquilo que o entrevistado falou e até mesmo naquilo que ele quis dizer – referência objetiva e subjetiva – (FARIA, 2017). Em seguida foram realizadas outras entrevistas – já com um roteiro semiestruturado – com um amadurecimento conceitual sobre o tema e o objeto, para então sair do estado precário e vislumbrar o objeto tal como sua essência se manifesta em relação à sua estrutura, e como resultados foram gerados os dados da entrevista após o terceiro momento da pesquisa, em que foi possível sistematizar o objeto pelo pensamento. Outra fonte de coleta de dados foi a análise documental, em que foi utilizado o Estatuto e o Decreto da Central de Comercialização, bem como a Cartilha de desenvolvimento de ações do Movimento Estadual de Economia Solidária.

Na aproximação com o caso empírico, as entrevistas foram registradas a partir de um diário de campo, e fora coletada a partir de reuniões do Fórum Estadual, em que foi possível entrevistas com 9 representantes de EES diferentes, nos quais são participantes do movimento da economia solidária e da Central de Comercialização, bem como com o coordenador do

Fórum Estadual. Foi realizado também, entrevistas com a atual tesoureira da Central de Comercialização.

Para a análise dos dados foi utilizado a análise crítica de conteúdo, de forma contrária à visão tradicional – o que o texto quer dizer –, mas sobre a “materialidade concreta” a que o registro se refere, dito em outras palavras, não se “trata de analisar o conteúdo em si mesmo ou seu significado discursivo/textual, como sugere a técnica tradicional, mas revelar a realidade sobre a qual o registro foi produzido” (FARIA, 2017, p. 2). Portanto neste panorama técnico busca-se a compreensão do objeto em movimento dialético, e não uma visão final da explicação (FRANCO; CARMO; MEDEIROS, 2013).

4. RESULTADO E ANÁLISE

Como anteriormente já explicitado, a coleta de dado foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas bem como a observação e a análise documental. Para organizar os resultados, os mesmos foram organizados como Terceiro Momento da pesquisa de 2018 (TM, 2018), no qual contou com o objeto pensado após ser superado pela aproximação precária e secundária. Portanto temos os tópicos de Espaços públicos de atuação dos EES, atores e entidades de fomento (4.1), Atividades de cooperação economia, política e social (4.2) e Estrutura de coordenação à formação de uma rede solidária.

4.1 Espaços públicos de atuação dos EES, atores e entidades de fomento.

A conjuntura econômica recente estimula a busca de formas alternativas de trabalho, impulsionando o desenvolvimento local de um determinado aglomerado de indivíduos. A colaboração entre os trabalhadores de empreendimentos solidários tem como finalidade minimizar as dificuldades presentes no trabalho autônomo individual e aumentar a possibilidade de as atividades resistirem à competição com as empresas que utilizam da exploração do trabalho assalariado. Nesta perspectiva, o enfoque empírico deste trabalho foi o estudo da Central de Comercialização de Economia Solidária de Campo Grande – Mato Grosso do Sul (CCES), bem como a atuação do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES/MS).

O Fórum, FEES/MS, foi criado em maio de 2005 a partir de um movimento da sociedade civil do ano de 2003 por meio da criação do Fórum Brasileiro de economia solidária, bem como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/TEM por parte do poder público. A criação do Fórum permitiu melhor organização do movimento e possibilitou a o desenvolvimento de grupos de trabalhos nos quais desenvolveram a articulação de eixos estruturantes como: Produção, Comercialização e Consumo Solidário; Formação, Finanças e Marco Legal. No ano de 2006 foi realizada a I Conferência Estadual de Economia Solidária do MS, que foi mais um passo para o fortalecimento e fomento do movimento. Em novembro do mesmo ano, foi criada a CCES (TM, 2018).

A Central é um espaço comercial participativo no qual concentram-se atividades de prestação de serviços e comercialização de produtos oriundos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) associados. No Brasil, as centrais de comercialização solidárias são pouco numerosas, essa forma de organização de empreendimentos solidários visa realizar ações para sensibilização do comércio justo e do consumo ético, bem como a associação e o desenvolvimento de pequenos empreendimentos solidários. A criação de uma central de

comercialização, potencializa os agentes, proporciona a alavancagem de seus produtos, bem como o fomento do movimento econômico solidário (TM, 2018).

A criação desta Central foi sancionada em 2006 pelo Governo do Estado do MS, a partir de uma parceria entre o Governo, por meio da Fundação do Trabalho (Funtrab), e o Fórum Estadual de Economia Solidária de Campo Grande-MS (TM, 2018). O decreto de criação tem como objetivos:

I - proporcionar um espaço de comercialização dos produtos da economia solidária; II – promover formação em economia solidária para os próprios empreendedores envolvidos na Central e para o público em geral; III- dar visibilidade ao movimento e aos conceitos de economia solidária para o cidadão comum, devendo se articular a uma campanha de divulgação da economia solidária já em andamento em nível nacional; IV – estimular a criação e manutenção de cadeias produtivas solidárias, de intercâmbio de produtos e serviços entre os empreendimentos (BRASIL, 2006).

Essa parceria, entre o Governo e o Fórum, foi resultante do movimento da economia solidária, pois o movimento era ativo antes da criação da CCES, em que grupos informais se reuniam em feiras de artesanatos e produtos alimentícios produzidos por agricultores familiares nas ruas da cidade de Campo Grande. Na busca por lugares melhores preparados para a comercialização, alguns representantes do grupo foram ao Encontro do Movimento Nacional de Economia Solidária em Brasília-DF, e decidiram em pedir ao Governo do Estado a cedência de um prédio público para alocar o grupo para realizarem a venda de seus produtos.

O espaço físico cedido é um prédio público em estrutura adequada para o funcionamento da Central. A CCES fica situada no centro da cidade de Campo Grande-MS, em um prédio de dois andares. No térreo funciona a loja da central, na qual ficam expostos os produtos a serem comercializados, produtos que são feitos a partir dos EES, e contam com uma gama de produtos artesanais e alimentícios.

No início, as atividades administrativas da Central eram orientadas pelo Fórum que se responsabilizava para administrar a central, a qual era apenas uma rede informal. No entanto, foi necessário que o empreendimento se formalizasse para que pudesse concorrer a prêmios, participar de editais, entre outros projetos nos quais pudesse obter algum benefício. Então, no ano de 2007 a Central se tornou uma associação, na qual os empreendimentos ligados a ela exercem papel fundamental na gestão e no funcionamento do empreendimento.

Os grupos foram se consolidando e as relações coletivas com os parceiros se fortalecendo, em 2011 a Central juntamente com o Fórum Estadual conseguiu ter acesso a uma política pública oriunda da Secretaria Nacional de Economia Solidária, por meio da qual

conseguiram recursos para reformar e adequar o espaço físico, realizar cursos/palestras de formação em economia solidária, além de outras atividades para o fortalecimento do movimento econômico solidário.

A loja da Central é gerida pelos participantes dos EES que se dividem em turnos para realizar a parte de vendas. As pessoas que realizam esse trabalho são voluntárias que passaram pela formação em economia solidária promovida pelo Fórum Estadual em parceria com o governo federal por meio do programa Rede Nacional de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária – Rede CFES.

O primeiro andar do prédio é composto por algumas salas onde funciona o escritório da central, o escritório de uma cooperativa de agricultores familiares, o grupo de costureiras bem como um espaço onde são feitas algumas pinturas por artesões de Campo Grande-MS. O acesso para o primeiro andar é feito a partir de uma escada ou então um elevador para o acesso de deficientes físicos.

O segundo andar é um espaço que se assemelha a um salão, e também possui algumas salas. Neste andar, em uma das salas é onde funciona o Fórum Nacional de Economia Solidária, em outras salas funcionam como escritório para o grupo de teatro e também um pequeno depósito. Na parte do salão é onde os grupos de dança, teatro e capoeira desempenham suas atividades, também são realizadas as assembleias e reuniões promovidas pelo Fórum, bem como as reuniões promovidas pela Central com os empreendimentos participantes.

A gestão deste terceiro espaço, o salão, é feita pelos próprios grupos que o utilizam, como esses grupos não possuem atividades financeiras, eles contribuem com a limpeza e preservação deste local, e se organizam de forma a revezarem nas atividades de manutenção e limpeza deste espaço.

A Central – formalizada como associação – possui um estatuto que foi elaborado com a participação de seus sócios fundadores juntamente com o poder público. Ações de coordenação do empreendimento, quanto as atividades administrativas, são realizadas por poucas pessoas. Atualmente, formações estão sendo oferecidas no sentido de capacitar outras pessoas para assumir a responsabilidade pela organização da Central.

Atualmente, a Central é composta por 35 empreendimentos, que se dividem nas atividades de serviços de costura, salão de beleza e massoterapia, além de uma variada oferta de produtos artesanais advindos de grupos informais, cooperativas e associações, situados no município de Campo Grande-MS e nos assentamentos, áreas indígenas e quilombos do Mato Grosso do Sul. Entre os 35 empreendimentos econômicos solidários, 17 atuam na cidade de

Campo Grande-MS, e mais 18 empreendimentos atuam em outras cidades de Mato Grosso do Sul, especificamente nas cidades de Porto Mortinho, Dourados, Bonito, Anastácio, Três Lagoas, Aquidauana, Ladário, Naviraí e Sidrolândia.

Para se associar à Central, primeiramente o grupo interessado deve entrar em contato com a Central e passar por um momento educacional, no qual os integrantes da Central e do Fórum realizam uma formação em economia solidária, na busca de entender o movimento, o funcionamento da central e de como os grupos devem se relacionar a partir dos princípios seguidos pelo coletivo.

O Quadro 1 sumariza a análise percebida no campo empírico a partir das categorias de análise espaços públicos de atuação, atores e entidades de fomento.

Quadro 1: Espaços públicos de atuação dos EES, atores e entidades de fomento.

Aproximação do Campo Empírico	Categoria de Análise
Prédio Público cedido, onde conta com a loja da Central, sede do Fórum Estadual de Economia Solidária, bem como espaços para realização de prestação de serviços de alguns EES e atividades do Fórum.	Espaços Públicos
Propriamente a Central de Comercialização, o Fórum Estadual e 35 empreendimentos de diversas regiões do estado.	Atores
Fórum Estadual de Economia Solidária, Movimento Nacional de Economia Solidária e Governo do Estado a partir da Fundação do Trabalho.	Entidades de Fomento

Fonte: Elaborado pelo autor com base na aproximação empírica.

Outro ponto importante de análise diz a cidade de Dourados, em que, embora o Movimento Estadual de Economia Solidária tente abarcar todas as iniciativas voltadas ao tema da economia solidária, alguns EES da cidade de Dourados se afastaram das ações do movimento, bem como da participação da Central de Comercialização, pois a cidade de Dourados está implantando uma lei municipal de incentivo à estas iniciativas. Com isso, os EES estão se fortalecendo para participarem de políticas públicas fomentada pelo município.

A Central, juntamente com o Fórum Estadual estão buscando o apoio municipal para as iniciativas da economia solidária, porém há um grande desafio em conscientizar os representantes do poder público para entenderem o movimento e poderem ajudar de forma efetiva.

4.2 Atividades de cooperação econômica, política e social.

As atividades de cooperação econômica da Central giram em torno de um mesmo local onde os EES comercializam seus produtos, uma vez que alguns produtos são produzidos pelos empreendimentos e depois do produto acabado é encaminhado para a Central, no qual

fica exposto para a comercialização. Para a manutenção da Central, existe uma taxa de contribuição por produto vendido no valor de 30% do faturamento dos produtos, com a finalidade de financiar as despesas e a manutenção da Central, em que esse valor foi decidido por meio de assembleia.

Outro ponto em que os EES se juntam para desempenhar alguma atividade econômica coletiva, são as compras de matéria prima para o grupo de artesanato com *biscuit*, na qual são realizadas compras de grande volume de material visando a realização da compra por um preço mais acessível que o do mercado.

Um ponto interessante das estratégias econômicas da Central é que os EES por mais que tentam a não realização de compras com o mercado tradicional, não conseguem deixar de comprar. Ações são feitas para fomentar o consumo interno dos produtos dos EES, mas sem muito sucesso. As ações de consumo interno dos produtos dos grupos coletivos da economia solidária, são atividades de fomento de compra dos legumes, frutas e verduras produzidas pelos grupos de agricultura familiar. Hoje em dia a Central conta com um equipamento de refrigeração, capaz de manter esses produtos em boa qualidade por um tempo maior de espera até serem comercializados. Porém, a falta de regularidade de fornecimento acaba desmotivando as compras diárias dos EES, até mesmo do mercado consumidor de uma maneira geral.

Os EES possuem ações para alinharem as suas atividades para que seus produtos possam ser vendidos aos outros grupos participantes da Central, porém não há possibilidade da mudança de produto a ser produzido para atender as demandas dos parceiros. Ou seja, por mais que os EES tentam fomentar a comercialização em rede da maioria dos produtos, isso não acontece, ao passo que muitos EES possuem a mesma mercadoria a ser comercializada, como é o caso do artesanato. @ @ @ @ @ @ @ @ @ @ @ @ @ @ @ @

A demanda necessária para a mudança de produto a ser comercializado entre os EES não supre a venda que deveria obter com o produto, então os grupos preferem trabalhar nos produtos que já estão acostumados a comercializar – tanto por meio da Central, quanto por meio de outros locais de venda –.

Como apresenta a teoria (MANCE, 2002; MOTTA; VASCONCELOS, 2002; PROVAN; LEMAIRE, 2012; MILAGRES; SILVA; REZENDE, 2016), para a formação de redes solidárias, os parceiros deveriam comercializar os produtos para os outros parceiros de modo a suprirem suas necessidades, porém não há essa possibilidade na Central, uma vez que os produtos que são mais produzidos e disponíveis à venda é o artesanato. As atividades de cooperação política e social da Central especificamente, é a conscientização de uma forma

mais humana de produção, comercialização e venda, em que os grupos atuantes possuem como princípio a economia solidária.

Além da participação da Central, tem a atuação do Fórum, esse no qual, fomenta as ações coletivas em busca de melhorias para o movimento econômico solidário de uma maneira geral. Assim, o Fórum é responsável por fomentar a atuação política/social de todos os participantes – atuantes ou não na Central. O Fórum, por se tratar de uma representação estadual, possui diversas ações para consolidar o movimento durante os anos, buscando sempre uma melhora para as condições de seus participantes. Esta melhora é relacionada às políticas públicas voltadas para a economia solidária, bem como o desenvolvimento social.

O Fórum, organizou em 2014 a “III – Conferência Estadual de Economia Solidária”, com o objetivo de elaborar planos municipais, territoriais e estadual, buscando a oportunidade de:

A) Possibilitar que as elaborações e definições políticas nacionais tenham maior concretude em processos de desenvolvimento mais próximos à vida dos diversos sujeitos da economia solidária; B) Permitir a construção de processos mais articulados e integrados de planejamento e implementação das políticas de economia solidária, considerando a diversidade e pluralidade dos sujeitos, o diálogo com outros processos territoriais e setoriais de desenvolvimento; C) Gerar e fortalecer políticas locais de economia solidária, bem como, criar condições mais propícias no âmbito municipal, territorial e estadual para a promoção das políticas nacionais que possam fortalecer a Economia Solidária; e; D) Fortalecer as bases as bases sociais e ampliar a força política e organizativa para conquistar políticas mais adequadas às necessidades e exigências da Economia Solidária e aos processos de desenvolvimento sustentável e solidário (MATO GROSSO DO SUL, 2015, p. 6)

Esses objetivos para oportunizar um movimento mais concreto foram criados a partir desta conferência estadual realizada no município de Campo Grande-MS juntamente com representantes de outras localidades do estado, bem como a parceria do poder público – especificamente a Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul, nos quais criaram uma cartilha com o plano de desenvolvimento do movimento de economia solidária para os anos de 2015-2019.

A cartilha criada pelo movimento contém os princípios da economia solidária, os eixos orientadores do plano, bem como cronogramas de ações a serem feitas para a promoção de um movimento mais concreto em busca de visibilidade nacional, com condições reais de sobrevivências dos EES e das pessoas que participam do movimento.

As dimensões do plano de desenvolvimento contam com alguns eixos orientadores que vale destaque, como:

Eixo I – Contextualização do Plano: análise das forças e fraquezas (internas) e das oportunidades e ameaças (externas) para o desenvolvimento da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional. Eixo II – Objetivos e Estratégias do Plano: definições estratégicas considerando a análise do contexto, as demandas dos empreendimentos econômicos solidários, à luz dos princípios, práticas e valores da economia solidária. Eixo III – Linhas de Ações do Plano: elaboração de diretrizes operacionais a partir de eixos estratégicos de ações que ofereça, subsídios para a formulação de metas e atividades (MATO GROSSO DO SUL, 2015, p. 7)

Percebe-se uma preocupação do movimento na busca de consolidação econômica, política e social. Esta preocupação foi levantada devido ao panorama político – da época – favorável, em que existia a Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego fomentando as políticas públicas e as iniciativas civis.

Além do plano de desenvolvimento explicitar os eixos orientadores das ações do movimento da economia solidária, a cartilha contém também eixos estratégicos que norteiam as ações para o desenvolvimento, no caso são:

I – Produção, comercialização e consumo solidário e sustentável; II – Financiamento: crédito e finanças solidárias; III – Acesso a conhecimento: educação, formação e assessoramento; IV – Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas (MATO GROSSO DO SUL, 2015, p. 7).

Os eixos estratégicos são a operacionalização dos eixos orientadores, de modo que estas estratégias contam com cronogramas, nos quais são compostos das propostas de mudanças, as metas a serem alcançadas, quais programas podem ser criados para a viabilização das metas, suas devidas ações e também alguns resultados esperados pelo movimento.

Assim, as principais ações que estão sendo fomentadas a partir do eixo estratégico de produção, comercialização e consumo solidário e sustentável, é a criação do Programa de Aquisição de Produtos e Serviços da Economia Solidária (PAPSES) visando sua implementação para acesso dos EES a esse programa. Outra ação é a criação do programa de fomento ao consumo sustentável e solidário bem como o Programa: comunicar e divulgar para conhecer e difundir a economia solidária, nos quais buscam a ampliação e fortalecimento dos grupos e redes de consumidores, e para isso ter os produtos e serviços da economia solidária divulgados e reconhecidos.

Outro eixo estratégico abordado é o de Financiamento: crédito e finanças solidárias em que as propostas desse eixo incentivam a criação e o fortalecimento dos EES a partir do fortalecimento e ampliação dos próprios EES fomentadores das finanças solidárias, bem como

fortalecer as iniciativas dos fundos rotativos solidários, bancos comunitários e cooperativas de crédito solidário no Estado. Ainda assim, a cartilha nos traz a iniciativa de busca pela implantação efetiva da Lei Estadual de Economia Solidária – Lei nº 3.039/2005 – apoiando as práticas existentes nas comunidades do Mato Grosso do Sul.

O terceiro eixo estratégico diz respeito ao Acesso ao Conhecimento: educação, formação e assessoramento, e como proposta de trabalho para esse eixo é a criação de um Programa Estadual de Formação para os gestores que atuam com a política de economia solidária, pois há um desconhecimento real por parte do poder público relacionado aos princípios do movimento, bem como suas efetivas necessidades, para que haja coerência nas políticas públicas a serem implantadas. Como resultado esperado para esse eixo, o movimento espera a sensibilização e capacitação dos gestores, organização de uma rede estadual de gestores públicos que atuam em prol ao movimento.

Ainda assim, nesse terceiro eixo estratégico o movimento busca a criação de uma estruturação suficiente de uma rede de apoio entre os EES visando a autogestão da rede para poder competir melhor com o mercado tradicional, a partir de ações voltadas à consolidação dos EES por meio de relações mais próximas com os empreendimentos urbanos e rurais.

O quarto e último eixo estratégico que a cartilha organizada pelo movimento nos traz é relacionado ao Ambiente Institucional: legislação e integração de políticas públicas, no qual busca a criação a implantação de um Conselho Estadual de Economia Solidária, bem como a reformulação da Lei Estadual nº 3.039/2005, e espera-se com essas ações a efetivação e apoio de um Conselho Estadual que reivindique sempre que possível a efetiva participação do Estado para condições melhores de práticas sociais voltadas a economia solidária, e além disso, com a reformulação da lei, espera-se a efetiva execução de atividades em consonância com os princípios da economia solidária.

A partir de uma descrição da cartilha que contém as ações do movimento para um período de tempo entre 2015-2019, é possível fazer algumas pontuações. O movimento no papel encontra-se bem estruturado, buscando um desenvolvimento real das práticas econômicas solidárias no estado, porém na prática se mostra um pouco desorganizado.

No primeiro trimestre de 2018 foi realizado uma assembleia visando a escolha dos representantes do Fórum Estadual de Economia Solidária, bem como a representação nacional do movimento estadual. A assembleia estava marcada para dezembro de 2017, porém não foi possível a realização por falta de quórum. Mesmo a assembleia realizada em 2018, não contou com a presença dos representantes das diversas regiões do estado. Com estes fatos fica claro a pouca mobilização do movimento em busca de novos representantes.

Porém, nesta mesma assembleia foi possível notar o planejamento de novas atividades para mobilizar novamente os integrantes do movimento e o contato com outros municípios do estado buscando novos EES para fortalecer ainda mais o movimento, visando a retomada das atividades para alcançar os objetivos discutidos na III – Conferência Estadual de Economia Solidária, e novos representantes estaduais para tomar a frente do Fórum Estadual. O movimento encontra-se na busca por melhorias de todos os tipos, nos quais podemos destacar os econômicos, políticos e sociais.

Com as aproximações empíricas realizadas, o movimento transita por uma fase de desmotivação relacionada às ações propostas, de modo que cada vez que se aproxima do prazo de conclusão do planejamento, fica mais difícil vislumbrar um cenário em que as propostas de mudanças foram efetivadas.

Quadro 2: Atividades de cooperação econômica, política e social.

Aproximação do Campo Empírico	Categoria de Análise
Compras coletivas de matéria prima entre os EES, taxa de manutenção da Central, busca pela consolidação da rede de consumo interno e a cooperação de disposição de um mesmo local para a comercialização dos produtos advindos dos EES.	Cooperação econômica
Representação por parte do Fórum Estadual de Economia Solidária em viabilizar atividades para a efetiva execução da lei estadual de economia solidária e também a movimentação para a discussão de criação e implantação de políticas públicas.	Cooperação política
Atividades de formação técnica aos participantes dos empreendimentos, bem como a conscientização do setor público e sociedade civil.	Cooperação social

Fonte: Elaborado pelo autor com base na aproximação empírica.

O Quadro 2 explicita de maneira resumida as ações do campo empírico relacionada com as categorias de análise. E ainda assim nos permite algumas reflexões.

Relacionado a cooperação econômica, a Central ainda realiza apenas a disposição coletiva dos produtos advindos dos EES, porém deveria fomentar mais ações voltadas a efetiva consolidação de redes de consumo interno. O papel que a Central desenvolve deveria ser melhor trabalhado, ao ponto de buscar apoio para disponibilizar aos EES cursos de produção e de profissionalização da produção, para que os EES pudessem solucionar o processo de fornecimento regular de seus produtos.

A própria Central deveria realizar estudos de quais ações poderiam ser melhoradas para obterem vantagens para implantar redes de consumo interno e buscar sempre redes de comercialização de produtos que serão utilizados por outros empreendimentos para o beneficiamento e depois sua comercialização.

Outro ponto de destaque está relacionado a cooperação social, em que os atores da economia solidária não têm tanta autonomia para fazerem ações de fortalecimento do movimento – por exemplo as reuniões com os representantes dos EES das diferentes cidades do estado –, eles necessitam de algumas ajudas financeiras de projetos de outras instituições para poderem realizar as ações da economia solidária.

Olhando por esses pontos a superação e separação do modo de produção do capital fica cada vez mais distante da realidade pretendida, em que a parte comercial depende totalmente do mercado consumidor tradicional – os EES não conseguem se organizar para comercializar seus produtos entre eles mesmos –, a parte política depende totalmente da atuação efetiva do poder público, e a parte social depende da conscientização da sociedade civil e do poder público. A Central de Comercialização deveria efetivamente buscar ações para fortalecer seus parceiros – os EES –, e minimamente necessitar de ajudar externa ao Movimento da Economia Solidária.

4.3 Estrutura de coordenação à formação de uma rede solidária.

A CCES surgiu a partir de um decreto em que um dos objetivos era a criação e a viabilização de uma cadeia produtiva solidária, não podemos nos ater a esse entrelaço, pois, a criação de uma rede seria maior possibilitada devido a características dos empreendimentos que a compõe. Para a formação de uma rede solidária a Central seria um ator de representação, ou então um ator no qual ficaria responsável por – a partir do objetivo coletivo – coordenar as ações de troca comercial e informacional entre os EES.

A Central, como já realiza, ficaria responsável por comercializar as mercadorias dos EES, porém não tão somente isso, mas ficaria responsável por organizar a oferta e procura de mercadorias advindas dos EES e seriam voltadas para o mesmo, sem a necessidade de comercialização com o mercado tradicional.

A característica desta atividade seria a criação da rede em virtude de uma ação visando a não comercializar – ou não precisar comercializar – com o mercado consumidor tradicional. Vale ressaltar que mercado tradicional seriam as organizações que não compactuam com a economia solidária, bem como não fazem parte de um movimento buscando atividades menos degradantes relacionadas a sociedade de uma maneira geral.

Porém a Central por diversas tentativas busca o fomento de redes internas de consumo das mercadorias que advém dos EES, mas por tempos limitados, devido à falta de regularidade de entrega de produto para a comercialização. Os grupos que fazem

participações como EES que fornecem as mercadorias, não conseguem por diversas vezes esta regularidade, e com isso acaba desestimulando a consolidação das redes de consumo interno.

Os produtos que por diversas vezes a Central fomenta a comercialização entre os EES são os advindos da agricultura familiar, nos quais são produtos como verduras e legumes. Mas a característica da formação de rede não é apenas a criação de elos de consumo interno como é o caso de produtos alimentícios, e sim para além disto.

A real influência para a formação de redes solidárias deveria ser de consumo de matérias primas, em que os EES fornecessem de maneira regulara material capaz de ser beneficiado e consumido por outro EES. Ainda assim, estes produtos deveriam ter a característica de suprir as necessidades produtivas do outro EES, nos quais formariam uma rede de produção e comercialização entre os EES, e só depois a comercialização de uma mercadoria acabada para a rede interna de consumo.

Outro ponto importante de viabiliza a criação de uma rede solidária a partir da Central, é que o movimento de economia solidária é atuante no estado, porém deveriam ter reuniões ou assembleias mais objetivas e efetivas relacionada a real criação de uma rede de consumo de produtos que seriam matéria prima para outro EES e também para consumo final dos grupos. O estado conta com a atuação do movimento de maneira positiva, mas por diversas vezes há um enfraquecimento desta rede de cooperação política por falta de verbas para locomoção dos parceiros para participar de reuniões, ou até mesmo por desconfortos pessoais entre os representantes dos empreendimentos.

Por mais que a economia solidária fomente a autogestão dos EES, existem algumas características que estão enraizadas nos participantes que desestimulam a própria autogestão, como é o caso da centralidade de representação. A partir de alguns relatos, a centralidade de trabalho por parte de alguns representantes faz com que EES se desestimulem a participar do movimento estadual e até mesmo da CCES.

Quadro 3: Estrutura de coordenação à formação de uma rede solidária.

Aproximação do Campo Empírico	Categoria de Análise
Central de Comercialização como um facilitador para a criação e funcionamento da rede vislumbrando cooperação econômica, bem como o fomento político e social do Fórum Estadual de Economia Solidária para os Empreendimentos Econômicos Solidários do estado.	Estrutura de coordenação

Fonte: Elaborado pelo autor com base na aproximação empírica.

O Quadro 3 nos mostra objetivamente os resultados obtidos após a aproximação do campo empírico sobre a óptica da estrutura de coordenação da Central. Além de alguns resultados já discutidos, é possível ainda tecer algumas reflexões.

A central surgiu a partir de um Decreto onde previa a criação de uma cadeia produtiva solidária e para isso a estrutura de coordenação deveria ser voltada a atingir esse tipo de arranjo organizacional.

A Central de Comercialização vai mais além do que meramente uma cadeia produtiva, a Central configura um arranjo em rede de parceiros que vislumbram um objetivo em comum, porém essa estrutura poderia ser um pouco mais definida, ao passo de que embora a economia solidária tenha os princípios de autogestão, transparência e democracia, em paralelo existe também algumas representações que em operações diárias responde pelo todo. Assim, essa entidade de representação da rede pode e deveria fomentar as ações de maneira mais efetiva, compartilhando ações de melhora e desenvolvimento para a rede como um todo e também de forma específica a cada EES que compõe a rede.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi a análise de diferentes formas de cooperação entre os empreendimentos econômicos solidários no Estado de Mato Grosso do Sul. Para o desenvolvimento da pesquisa foi desenvolvida a amostragem teórica sobre trabalho e sua alienação ao capital, contexto econômico solidário e redes solidárias e colaborativas. Foram apresentados o método e procedimentos de pesquisa. Analisou-se a Central de Comercialização de Economia Solidária de Campo Grande – Mato Grosso do Sul (CCES). O resultado e a análise foram baseados na dimensão epistemológica, optando-se pela análise crítica de conteúdo com enfoque na materialidade referida nos registros.

Inicialmente, o resultado e a análise dos resultados abordaram os espaços públicos de atuação dos EES, atores e entidades de fomento. Em relação a primeira categoria de análise, observou-se que o espaço público em tela é a CCES, formalizada como associação e composta por 35 empreendimentos, sendo 17 EES atuantes no município de Campo Grande e 18 atuantes em diferentes cidades do Mato Grosso do Sul, especificamente em Anastácio, Aquidauana, Bonito, Dourados, Ladário, Porto Mortinho, Naviraí e Sidrolândia.

Em relação a segunda categoria de análise, observou-se que os atores são os trabalhadores participantes dos 35 empreendimentos localizados em diferentes regiões do estado, a própria CCES e o Fórum Estadual. Em relação a terceira e última categoria de análise, as entidades de fomento são manifestadas pelo Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES), o Movimento Nacional de Economia Solidária e o Governo do Estado a partir da Fundação do Trabalho (FUNTRAB/MS). Esta análise contempla o primeiro objetivo específico e evidencia os movimentos de economia solidária, suas estruturas e formas de organização, especialmente como os agentes de apoio organizam-se local e regionalmente em apoio a economia solidária e seus membros.

Em segundo, foram abordadas as atividades de cooperação econômica, política e social. Observou-se que a análise do campo empírico e da amostragem teórica permitiu a concepção de três aspectos centrais. O primeiro aspecto relaciona-se diretamente com o desenvolvimento da superação da alienação do trabalho por meio da economia solidária, evidenciando a necessidade dos integrantes da CCES e do movimento de economia solidária de praticarem os preceitos da autogestão, democracia e transparência, dificilmente desvencilhado entre os EES em razão de um enraizamento de competição e ideias capitalista.

De fato, é possível perceber um processo de desalienação do trabalho, uma vez que foi possível observar que os trabalhadores envolvidos nos EES participam diretamente do processo de gestão tanto dos empreendimentos, quanto da própria gestão da rede, uma vez

que esta é compartilhada e fomentada por todos os participantes dos EES. Ainda assim, o processo de autogestão observado é uma construção processual, porém é possível observar que a divisão do trabalho – concepção e planejamento – é atenuada por meio de um rodízio de grupos de trabalho dos integrantes dos EES.

A análise evidenciou o senso de competitividade para a comercialização do produto final entre os EES. Observou-se que os produtos comercializados na CCES são expostos aleatoriamente no prédio, de maneira a oferecer uma visualização ampla das mercadorias, todavia, sempre há parceiros que mudam seus produtos de lugar – para ficar mais visíveis ao consumidor – buscando assim comercializar seus produtos sem pensar em oportunizar a mesma condição para os demais participantes.

Em terceiro, foi possível analisar o importante aspecto da descentralização requerido no contexto da economia solidária. Observou-se uma forte centralidade do trabalho na CCES, pois, quando há uma mudança de integrantes nos cargos representativos, não há interessados em ocupar estes cargos, demonstrando que, embora os membros tenham interesse em se organizar de uma forma mais solidária ou mais participativa, estes somente compactuam com estes objetivos apenas na parte de comercialização, deixando de lado o aspecto de atuação política e social. Este aspecto resulta na centralidade de algumas atividades sob responsabilidade de poucas pessoas, sobrecarregando-as e, especialmente, fugindo do escopo da descentralização almejado pela economia solidária.

Observou-se também que embora existam falhas durante o processo de superação do capital, evidenciou-se a tentativa para quebrar alguns grilhões imposto pelo sistema hegemônico, mesmo porque a superação total da alienação do trabalho é um processo histórico, que pode ser alcançado a partir de uma mudança total de modo de produção. De maneira relacionada, observou-se os esforços dos atores para criarem redes em que as células trabalhem de maneira mais, evidenciado pela criação da Conferência Estadual da Economia Solidária por meio do Fórum juntamente com a Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul. Estas análises, contemplam o segundo objetivo específico de descrever as atividades de intercâmbio e cooperação econômica, política e social e demonstra como os EES precisam desvincular-se do sistema hegemônico predominante.

Por fim, a respeito da estrutura de coordenação à formação de uma rede solidária, refletiu-se que para a criação de uma rede solidária, e não tão somente de uma “cadeia produtiva” solidária, os participantes da CCES e do movimento, deveriam verdadeiramente compreender o conceito da criação do espaço de comercialização, isto é, deveriam visualizá-lo não somente como um canal de comercialização, mas, primariamente, como um parceiro

responsável pelo fomento de iniciativas comerciais internas, ou seja, que fomenta a comercialização tanto de produtos acabados, quanto de matéria prima, de modo a superar a predominância do mercado e das atividades capitalistas, para então iniciar o vislumbre de uma emancipação social dos integrantes do movimento da economia solidária.

Ressalta-se a importância do movimento de economia solidária buscar mobilização de todos os seus participantes, em quanto integrantes dos EES, visando a criação de cenários mais positivos para estas iniciativas, de modo a prevalecer o caminho em prol de melhorias de processos de cooperação econômicas, políticas e sociais. Esta análise contempla o terceiro e último objetivo específico de avaliar a estrutura de coordenação dos empreendimentos na perspectiva de formação de uma rede solidária, evidenciando que os arranjos da rede colaborativa da CCES ainda estão em processo desenvolvimento, sendo importante o desenvolvimento de parcerias pautadas na colaboração com base em objetivos convergentes, embora as parcerias aconteçam de forma efetiva na parte de produção e comercialização coletiva, ainda é necessário uma cooperação solidária e política mais intensa entre os EES.

A CCES demonstra a representação de um modelo muito forte de governança colaborativa que exala economia solidária, abarcando desde os seus aspectos de concepção até o relacionamento com os EES, as estimadas células que compõe o espaço de comercialização que permitem o fluxo das relações econômicas e de emancipação social, entretanto, ainda enfrenta entraves relacionados ao enraizamento das concepções do capital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boi Tempo, 2006.

ARROYO, J.C.T; SCHUCH, F.C. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, D. O.; MARIANI, M. A. P. A Construção dos Fundamentos Conceituais da Economia Solidária. **Política & Sociedade**, v. 12, p. 99, 2014.

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007.

BENINI, E. G. **Economia solidária em questão**: estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de um estudo multicasos. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande, 2008.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Organização e Sociedade**, v. 17, n. 55, p. 605-19, 2010.

BENINI, E. G. **Política educacional e educação a distância: as contradições engendradas no âmbito do trabalho docente**. Tese de doutorado. Campo Grande: UFMS, 2012.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. A construção do trabalho associado sob a hegemonia estatal: organização, solidariedade e sociabilidade. **Organização e Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 325-344, 2015.

BRASIL. Decreto nº 12.213, de 18 de dezembro de 2006.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CALBINO, D.; DE PAULA, A. P. P. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. **Gestão Contemporânea**, n. 14, 2013.

CORAGGIO, J. L. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A educação do movimento dos Sem-Terra. Instituto de Educação Josué de Castro. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 89, set/dez, 2004.

DURÃES, Y. S. **Os processos que permeiam a autogestão dos empreendimentos de economia solidária no Brasil: uma análise a partir do Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES)**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2016.

FARIA, J. H. **O materialismo histórico e as pesquisas em administração: uma proposição**. Rio de Janeiro: XXXV Econtro EnANPAD, 2011.

FARIA, J. H. **Epistemologia crítica do concreto: uma introdução aos estudos organizacionais e interdisciplinares**. Curitiba: EPPEO, 2014.

FARIA, J. H. **Análise crítica de conteúdo: concepção, processo e método (Texto para Discussão)**. Curitiba: EPPEO, 2017.

FRANÇA FILHO, G. C. et al. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, G.C. **A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão pública?** In: Encontro nacional da associação nacional de pós-graduação em administração, 26, 2002, Salvador. Anais... Salvador, 2002.

FRANCO, K. J. S. M.; CARMO, A. C. F. B.; MEDEIROS, J. L. Pesquisa qualitativa em educação: breves considerações acerca da metodologia materialismo histórico e dialético. Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais – UEG/UnU Iporá**, v.2, n. 2, p.91-103, 2013.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p.181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 79, Dezembro, 2007. p. 57-77.

GEORGES, R. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. Relatório de Pesquisa. Oxfam, 2017.

GORZ, A. Divisão do trabalho, hierarquia e luta de classes. In: MARGLIN, S. et. al. **Divisão social do trabalho, ciência, técnica e modo de produção capitalista**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

LAVILLE, A. Z.; FRANÇA- FILHO, G. C. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de Administração de Empresa**. Rio de Janeiro, p. 109-115, jul.-set. 2005.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis: Vozes, 1994.

MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária**: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MANCE, E. A. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFiL, 2003.

MARGLIN, S. Origens e funções do parcelamento das tarefas. In: MARGLIN, S. et. al. **Divisão social do trabalho, ciência, técnica e modo de produção capitalista**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MARX, K. **Contribuição a crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILAGRES, R; SILVA, S. A. G.; REZENDE, O. **Governança colaborativa**. In: Governança regional das redes de atenção à saúde. Brasília: CONASS, 2016.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NEMIROVSKY, G. G. **À Sombra do capital: as dimensões da reprodução metabólica da economia solidária**. Dissertação de mestrado. Campo Grande: UFMS, 2012.

NOVAES, H. T. Qual autogestão? In: **Economia solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

OGANDO, Cláudio. As fronteiras da economia solidária: uma análise a partir do mapeamento nacional. **Cadernos de Extensão VII**, UNISINOS. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).

Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, 1996. Disponível em:

<<http://www.pnud.org.br/arquivos/RELATORIO%20SOBRE%20O%20DESENVOLVIMENTO%20HUMANO%20NO%20BRASIL%201996.pdf>>

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Human Development Report 2014. Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014.pdf>>

PROVAN, K. G.; KENIS, P. Modes of network governance and implications for public network management. Eighth National Public Management Research Conference, Los Angeles, CA, September. 2005.

PROVAN, K. G.; LEMAIRE, R. H. Core concepts and key ideas for understanding public sector organizational networks: using research to inform scholarship and practice. **Public Administration Review**, v. 72, n. 5, p. 638-648, 2012.

RÊGO, D. F. A. **A natureza da comercialização na economia solidária**: a contribuição dos grupos de consumo responsável. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ROTH, A. L.; WAGNER, D.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V.; PADULA, A. D. Diferenças e inter-relações dos conceitos de governança e gestão de redes horizontais de empresas: contribuições para o campo de estudo. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 47, n. 1, p. 112-123, 2012.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 97, p. 12-16, jul./ago. 2003.

SILVA, S.; CARNEIRO, L. M. **Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa. Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SOUSA, D. N. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 53-60, 2008.

WIRTH, I. G.; FRAGA, L.; NOVAES, H. T. Educação, trabalho e autogestão: limites e possibilidades da economia solidária. In: **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru, SP: Canal 6, p. 191-218, 2011.

TORFING, J. Governance network theory: towards a second generation. *European political science*, v. 4, n. 3, p. 305-315, 2005.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o capitalismo**. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.